



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8

ATA DA  
SEXAGÉSIMA OITAVA SEXAGÉSIMA  
PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO  
AMBIENTE – CONSEMA

9Aos dezesseis dias do mês de setembro de dois mil e quatro realizou-se a  
10Sexagésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio  
11Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, n.º 55 – 11º andar –  
12sl. 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas e trinta e dois minutos,  
13com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Cláudio Dilda**, Presidente  
14do CONSEMARepresentante da FEPAM; **Sra. Laura Londero Cruz**,  
15Representante do Secretário de Saúde; **Sr. Adoralvo Antônio Schio**,  
16Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Sr.**  
17**Eberson Thimmig Silveira**, Representante do Secretário de Energia, Minas  
18e Comunicação; **Sra. Marilene Kostelnaki Franco**, Representante do  
19Secretário de Cultura; **Sra. Marta Marchiori Dias**, Representante do  
20Secretário do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais; **Sra.**  
21**Mariangela Correa Laydner**, Representante do Secretário de Obras  
22Públicas e Saneamento; **Sra. Sônia Maria Moreira de Mello**, Representante  
23do Secretário de Coordenação e Planejamento; **Sr. Eduardo Passos Mereb**,  
24Representante do Secretário de Justiça e Segurança; **Sra. Edi Xavier**  
25**Fonseca**, Representante Titular da AGAPAN; **Sr. Mauro André Kern**,  
26Representante Suplente do Movimento Roessler; **Sra. Kaáthia Maria**  
27**Vasconcellos Monteiro**, Representante Suplente do Núcleo Amigos da  
28Terra/Brasil; **Sr. Antônio Carlos Porciúncula Soler**, Representante Titular  
29do CEA – Centro de Estudos Ambientais; **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite**,  
30Representante Titular da Instituição Universitária Pública; **Sra. Elizabete**  
31**Maria Zanin**, Representante Titular da Instituição Universitária Privada; **Sra.**  
32**Maria Susete Centeno**, Representante Suplente da SINDIÁGUA; **Sr.**  
33**Paulino Olivo Donatti**, Representante Suplente da FETAG; **Sr. Valtemir**  
34**Goldmeier**, Representante Titular da FAMURS; **Sr. Eduardo Osório**  
35**Stumpf**, Representante Suplente do Corpo Técnico da FEPAM. Participaram  
36também da reunião, como convidados, os Srs. **Irineu Schneider**, Assessoria  
37**Jurídica da SEMA**; Auro de Quadros, Comissão de Direitos Ambientais-OAB;  
38Maurício Colombo, CTP/GA; José Valdir, Salvador do Sul; Mariano Leivas  
39Müller Hoff, Estagiária Gabinete de Municipalização e Kátia Helena Lipp  
40Nissinen, FEPAM. Os trabalhos foram abertos pelo Sr. **Cláudio Dilda** e  
41presididos pelo Sr. Sr. Paulo Régis Rosa da Silva, Representante da FEPAM.  
42**Pauta: 1. Aprovação da Ata 67ª Reunião Ordinária do CONSEMA; 2.**  
43**Comunicações; 3. Apreciação da Minuta de Resolução CONSEMA, que**  
44**dispõe sobre o reembolso de despesas de Organizações Ecológicas**  
45**Não Governamentais para participação no CONSEMA; 4. Apresentação**  
46**do Programa Pró-Mar-de-Dentro 5. Assuntos Gerais. Sr. Cláudio Dilda:**  
47**Srs. Conselheiros, bAos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e**

48quatro realizou-se a Sexagésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho  
49Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº  
5055, nesta Capital, com o início às quatorze horas e dezesseis minutos, com a  
51presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha,**  
52**Representante do Secretário Estadual do Meio Ambiente; Sr. Marcos**  
53**Palombine,** Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento;  
54**Sra. Rosane Heidrich,** Representante do Secretário da Saúde; **Sr.**  
55**Manoel Augusto da Luz Coelho,** Representante do Secretário da Cultura;  
56**Sr. Paulino Olivo Donatti,** Representante Suplente da FETAG; **Sr. Roberto**  
57**Carlos da Silva Alves,** Representante Suplente dos Comitês de Bacias  
58Hidrográficas; **Sr. Mauro Gomes de Souza,** Representante da FEPAM; **Sra.**  
59**Sandra Garcia Polino,** Representante do Secretário de Educação; **Sra.**  
60**Diara M. Sartori,** Representante Suplente do IBAMA; **Sr. Eduardo Osório**  
61**Stumpf,** Representantes Titular e Suplente do Corpo Técnico da FEPAM; **Sr.**  
62**Ronaldo Nery,** Representante do Secretário de Obras Públicas e  
63Saneamento; **Sr. Luiz Valdir Andres,** Representante do Secretário de  
64Energia, Minas e Comunicação; **Sr. Florivaldo Pereira Damasceno,**  
65Representante do Secretário de Justiça e Segurança; **Sr. Geraldo André**  
66**Susin,** Representante Titular da ALGA; **Sra. Maria Odete da Rosa Pereira,**  
67Representante Suplente do CEA; **Sr. Clóvis Zimmer,** Representante Titular da  
68FIERGS; **Sr. José Lauro de Quadros,** Representante Titular da FARSUL;  
69**Sr. Valtemir Goldmeier,** Representante Suplente da FAMURS. Participaram  
70também o Sr. Rodrigo Tellechea, Comitês e Bacias; Sra. Marilene Kostelnaki,  
71SEDAC; Sr. Alexandre Bugin, ABES; Sra. Carmem M. Franco, FEPAM; Sr.  
72Luiz Antônio T. Grassi, ABES; Sra. Maria Isabel S. Chiappetti, FEPAM; Sr. Ivo  
73Lessa Silveira Filho, FEPAM; Sr. Paulo Roberto da Rocha, FEPAM; Sra.  
74Silvana Schmidt, Ambiente Já. Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Mauro  
75Gomes de Souza, Representante da FEPAM. **Pauta: 1. Aprovação da Ata**  
76**da 60ª Reunião Ordinária do CONSEMA; 2. Encaminhamento da Revisão**  
77**da resolução CONSEMA 05/98; 3. Proposta de Criação de Câmara**  
78**Técnica para Elaboração do Plano de Controle de Poluição Veicular –**  
79**PCPV; 4. Proposta de Reativação da Comissão Interinstitucional de**  
80**Educação Ambiental; 5. Proposta de Decreto Instituinte o Ano de 2004**  
81**como Ano Estadual das Águas; 6. Assuntos Gerais. Sr. Presidente: 0a-**  
82**tarde, bem-vindos a nossa 68ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de**  
83**Meio Ambiente. Considerando termos quorum, damos por aberta a reunião, e**  
84**peço aos prezados Conselheiros a compreensão, vou precisar-me afastar.**  
85**Delego, então, para o Paulo Régis a condução desta nossa reunião, e**  
86**desejando que ela seja profícua, frutífera. Lembrando, prezados mestres, que**

87solicitações feitas aqui neste Plenário de que fossem apresentados alguns  
88programas, como, por exemplo, o Mar-de-Dentro, que a Beth já está aqui,  
89está agendado para o dia de hoje. E que face o tempo que a apresentação  
90leva, não pautamos hoje o Programa de Geração de Energia Elétrica, que  
91também foi solicitado, da Bacia do Uruguai. Esse fica para uma próxima  
92reunião. Então, peço licença e passo a condução da nossa reunião ao Dr.  
93Paulo Régis. **Sr. Presidente (Sr. Paulo Régis Rosa da Silva):** Boa-tarde, Sr.  
94Presidente, boa-tarde a todos os Conselheiros. Eu recebo com muita honra  
95esse mandato, e espero poder desempenhá-lo da forma como o nosso  
96Diretor-Presidente, para Presidente deste Conselho vem desenvolvendo. A  
97nossa pauta para os trabalho de hoje, conforme os senhores receberam,  
98constitui o primeiro item a Aprovação da Ata, Comunicações, Apreciação da  
99Minuta de Resolução CONSEMA, depois a Apresentação do Programa Pró-  
100Mar-de-Dentro e, finalmente, Assuntos Gerais. **1. Aprovação da Ata 67ª**  
101**Reunião Ordinária do CONSEMA.** Colocamos em votação a 67ª Ata da  
102Reunião Ordinária do CONSEMA, que já foi previamente submetida à  
103consideração dos Srs. Conselheiros. Então, está sendo submetido à  
104aprovação do Plenário a Ata, e se os senhores estiverem de acordo, como de  
105praxe, por favor, manifestem-se. **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** O de praxe é  
106não se manifestar. **Sr. Presidente:** O de praxe é não se manifestar? Então,  
107os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Então, **aprovado** por  
108unanimidade. **2. Comunicações.** Passando ao segundo tópico da pauta,  
109Comunicações: Ofício DAER n.º 1.012/04, encaminha para conhecimento  
110deste Conselho uma via do relatório de monitoramento da fauna da Rodovia  
111Rota do Sol, período de agosto a 2004. Processo n.º 14.0010567/04.1, a  
112Câmara Técnica Permanente de Agropecuária e Agroindústria aprovou em  
113reunião realizada no dia 30-08-04 minuta de resolução que dispõe sobre o  
114licenciamento de atividades licenciáveis pelo Sistema de Integração, que  
115será encaminhada à Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos  
116para análise jurídica do documento. Processo n.º 15.049056704.8, a Câmara  
117Técnica Permanente de Controle e Qualidade Ambiental encaminha minuta  
118de norma técnica de controle de toxidade para fontes de emissão, que  
119lançam seus efluentes líquidos em corpos d'água superficiais no Estado do  
120Rio Grande do Sul. Elaborada pela referida Câmara, a qual será  
121encaminhada à Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos para  
122análise jurídica do documento. Processo n.º 16.1570500/04.2, a Câmara  
123Técnica Permanente do Fundo Estadual do Meio Ambiente encaminha  
124minuta que dispõe sobre o Regimento Interno do FEMA, elaborada pela  
125referida Câmara, a qual será encaminhada à Câmara Técnica Permanente

126de Assuntos Jurídicos para análise jurídica do documento. FARSUL  
127comunica a ausência de sua representação nesta reunião, em razão de  
128compromissos do Titular, Dr. Francisco Lineu Schardong, nos Municípios de  
129Triunfo e Vacaria, e do Suplente, Dr. Ivo Lessa Silveira Filho, na Consulta  
130Pública do Comitê Lago Guaíba. Ofício CONSEMA 081/04, encaminhado à  
131coordenação do CONFEMA para que seja viabilizada a realização de uma  
132pré-CONFEMA na região metropolitana de Porto Alegre. Ofício CONSEMA  
133082/04, encaminhado à Câmara Técnica Permanente de Resíduos Sólidos,  
134com a solicitação de organização de seminário sobre Política Nacional de  
135Resíduos Sólidos. Secretaria de Educação informa que a representação do  
136Secretário desta paste, junto ao CONSEMA, encontra-se impossibilitada de  
137comparecer a esta reunião por estar participando de seminário sobre  
138educação ambiental. Recebimento de propostas referente à redefinição dos  
139limites do Parque Estadual Delta do Jacuí, das seguintes Entidades:  
140Prefeitura Municipal de Porto Alegre, pelo Ofício n.º 310/04. Correspondência  
141do Sr. Vítor Kessler, proprietário de área no Município de Eldorado do Sul.  
142Proposta das ONGs, mata Atlântica, Curicacá, AGAPAN, NATE/Brasil, Mira-  
143Serra. Conselho Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre, pelo Ofício n.º  
14426/04, FARSUL, Comitê Lago Guaíba. Os documentos acima referidos foram  
145repassados à Câmara de Biodiversidade e Política Florestal; Of.043/2004-  
146Comitê Gravataí-justificando ausência dos representantes dos Comitês de  
147Bacias Hidrográficas nesta reunião, em virtude de coincidência com a reunião  
148do Fórum Gaúcho de Comitês de Bacias Hidrográficas, realizada em Santa  
149Rosa. –Então, essas são as comunicações que constam, e podemos passar  
150à apreciação de minuta de Resolução do CONSEMA que dispõe sobre o  
151reembolso de despesas de organizações ecológicas não governamentais  
152para participação no CONSEMA. Todos os senhores receberam a minuta.  
153Está em discussão. **3. Apreciação da Minuta de Resolução CONSEMA,**  
154**que dispõe sobre o reembolso de despesas de Organizações**  
155**Ecológicas Não Governamentais para participação no CONSEMA. Sr.**  
156**Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente, em nome da FAMURS gostaria de  
157saber por que, esta é a pergunta, dessa resolução tratar exclusivamente de  
158despesa de organizações ecológicas não governamentais, porque, na  
159verdade, existem outras Entidades também que participam do CONSEMA. E  
160a minha pergunta é se não podemos aprimorar essa minuta, no sentido de  
161possibilitar o ressarcimento de despesas de todas as Entidades participantes  
162do CONSEMA, entre essas as organizações não governamentais? Então, era  
163essa a minha colocação. **Sr. Presidente:** Sr. Conselheiro, vou-me arriscar a  
164um palpite, considerando que há vários anos acompanho essa matéria. Essa

165 resolução tem por objetivo atender as organizações não governamentais  
166 ecológicas em razão da precariedade de recursos. Esse foi o foco, e desde o  
167 primeiro momento, em que foi na gestão, se não me falha a memória, do Dr.  
168 Presser, parece-me que foi nesse período, se os senhores puderem-me  
169 ajudar, foi nessa oportunidade que foi concedido esse recurso para que as  
170 Entidades, e em especial aquelas que têm sede fora da Capital, pudessem  
171 participar. Então, o critério na época era um critério de recurso, por isso que é  
172 concentrada em cima das ONGs ecológicas, mas se o Conselheiro tem  
173 alguma colocação, por favor. Sr. Valtemir Goldmeier: A nossa Entidade  
174 também é uma Entidade que congrega os municípios, e participação no  
175 CONSEMA não se dá tão-somente aqui neste Plenário, também se dá nas  
176 Câmaras Técnicas. E muitas vezes o nosso objetivo é fazer com que a gente  
177 consiga representantes de todas as áreas do Estado para participarem nas  
178 Câmaras Técnicas representando os municípios. E, às vezes, temos essa  
179 dificuldade de possibilitar que algum representante de município participe de  
180 uma Câmara Técnica, porque o município dele é longe de Porto Alegre e,  
181 eventualmente, o Prefeito não se dispõe a pagar essas despesas e aí  
182 simplesmente se opta em não participar. Então, por isso a minha colocação  
183 no sentido de, na verdade, aprimorar essa resolução, no sentido de  
184 possibilitar que todas as Entidades, participantes do CONSEMA, e entre  
185 essas Entidades as ONGs pudessem ter as suas despesas ressarcidas. Em  
186 relação nesse sentido, porque, às vezes, temos essa dificuldade, às vezes, o  
187 Prefeito não se dispõe a pagar, cobrir as despesa, que, na verdade, ele não  
188 vem representando o município, vem representando o conjunto de  
189 municípios. Então, temos essa dificuldade também, e em função disso é o  
190 meu pedido, em nome da FAMURS, de a gente pudesse aprimorar essa  
191 resolução. Não somos contra a resolução, deixar isso bem claro, agora, se  
192 houvesse a possibilidade disso. Então, é nesse sentido que faço essa  
193 intervenção. Sr. Presidente: A dona Sra. Rosaura nos alcançou o processo,  
194 processo que está em curso na Administração, e que acabamos de resgatar  
195 um parecer, efetivamente, de 20-03-98, o parecer na época, era Presidente  
196 da Fundação o Dr. Flávio Ferreira Presser. E exatamente o objetivo na época  
197 era alcançar o deslocamento das ONGs, que cujo representantes pleiteavam  
198 recursos, o custeio das despesas de deslocamento do interior para a Capital.  
199 Não quero contestar o representante Conselheiro da FAMURS, mas vejam,  
200 Srs. Conselheiros, o objeto dessa resolução está vinculado à questão da  
201 precariedade de recursos. O Poder Público vai honrar com essas despesas  
202 para outra instituição pública, que é o município. Esse é um critério que os  
203 senhores devem examinar. Quer dizer, será cabível que o Poder Público

204 Estadual cubra as despesas do Poder Público Municipal? Será isso  
205 aceitável? Teremos condições de aprovar esse tipo de resolução? Essa é a  
206 dúvida que deve ser resolvida na medida em que decidirmos a proposta que  
207 a consideração do Conselheiro. Sr. Eduardo Osório Stumpf: Não sou  
208 advogado, mas pela minha experiência administrativa é impossível migrar  
209 recurso público de uma instituição para outra. Então, a SEMA não teria como  
210 fazer esse ressarcimento para pessoas de Prefeitura, assim como da  
211 FEPAM. De público para público não existe a possibilidade, conforme alguns  
212 procedimentos que já temos conhecimento dentro da FEPAM de migração de  
213 recursos. No meu caso já tive que devolver e dar explicação, certa época,  
214 porque eu recebi recurso da Secretaria da Saúde para fazer toda uma coisa  
215 da saúde, e o Tribunal de Contas diz que não pode. Nem dentro do Estado  
216 não pode, uma secretaria não pode pagar diária para outra secretaria. Então,  
217 deve ter esse impedimento em relação a órgãos públicos, aí os advogados  
218 podem esclarecer bem isso. Sra. Káathia Maria Vasconcellos Monteiro: Eu  
219 acho que a necessidade das ONGs ambientalistas receberem esse recurso,  
220 isso é uma coisa bastante clara para todos, até porque no Rio Grande do Sul  
221 temos uma tradição muito forte ainda de trabalho voluntário. Não sei como  
222 funciona no CONAMA, acho que a gente poderia-se espelhar em outros  
223 Conselhos, porque também, por que só as ONGs ambientalistas se existem  
224 outras ONGs aqui, outros sindicatos, FAMURS, federações, estou pensando  
225 alto. Então, espelhamo-nos em outros Conselhos; o CONAMA como faz  
226 quando manda representação, que a pessoa tem que viajar, tem que se  
227 deslocar? Como é feito isso? Para as ONGs ambientalistas a gente sabe,  
228 mas para as outras instituições, como é feito isso. E não sei se é o momento  
229 da gente tentar deliberar alguma coisa sobre isso, ou começar a amadurecer,  
230 a conversar, a pensar em evoluir esse assunto para o futuro, porque estamos  
231 com as nossas representações já há algum tempo sem receber recurso,  
232 vindo para Porto Alegre sem receber recurso e gostaríamos de ter essa  
233 resolução aprovada com a máxima urgência possível. Sr. Adoralvo Antônio  
234 Schio: Aprovado no mérito a proposta, se eu fosse ordenador da despesa  
235 ficaria em dúvida se pagava o cheque, na medida que os artigos 01 e 02,  
236 acho que são muito abertos, porque a lei permite fazer o que ela autoriza e  
237 não o que coíbe que se faça. Eu acho que quando se coloca: e outras  
238 necessário ao desempenho da função, é muito vago e não fixa valor, não fixa  
239 limites, e apenas faz uma referência vaga, não considerando que talvez fosse  
240 a FEPAM a pagar essa conta. Ela não diz de onde vem esse dinheiro. Não  
241 está, ou eu não li com atenção suficiente? Sr. Presidente: O reembolso das  
242 despesas será procedido mediante entrega dos respectivos comprovantes de

243 despesas junto à Secretaria Estadual; significa que da SEMA está saindo o  
244 recurso. Sr. Adoralvo Antônio Schio: Desculpa, foi falha na leitura. Mesmo  
245 SEMA teria problema, teria que ver a despesa, se é o DEFAP. Sr.  
246 Presidente: Eu vou-me permitir, antes de prosseguirmos, apenas a título de  
247 esclarecimento. É preciso que se observe nessa resolução um aspecto que  
248 talvez não tenha sido suficientemente amadurecido. A questão aqui é uma  
249 questão de finanças públicas, resta saber se não há nenhum óbice por parte  
250 da Contadoria Seccional da Fazenda, e mesmo do Tribunal de Contas, que  
251 se materialize essa despesa, porque o que aconteceu no processo  
252 administrativo que tinha curso na FEPAM, a FEPAM o fazia, não se tratava  
253 de uma resolução do CONSEMA, agora que estamos tentando transformá-la  
254 em uma resolução do CONSEMA. Então, embora tenha passado já pela  
255 Câmara Técnica Jurídica, recomendaria que antes da aprovação, porque  
256 senão os Srs. Conselheiros vão aprovar uma norma que não terá eficácia.  
257 Então, era interessante, essa é uma recomendação, não sei o que o Dr.  
258 Irineu, como Procurador Jurídico da SEMA, uma consulta, feita a consulta,  
259 havendo viabilidade, faria-se de novo reencaminhando a presente resolução  
260 ao Plenário deste Conselho. Vejam que situação anacrônica, se hoje é  
261 aprovada na forma como está e depois por qualquer motivo não pode  
262 viabilizá-la, então, é melhor aperfeiçoar o instrumento antes de ser submetido  
263 à aprovação do Conselho. Sra. Kaáthia Maria Vasconcellos Monteiro: Para  
264 mim não ficou claro de que forma aperfeiçoar. Na verdade, temos ONGs que  
265 não têm recurso nenhum, as pessoas estão vindo para as reuniões do  
266 CONSEMA, tirando dinheiro do seu próprio bolso, deixando de trabalhar, de  
267 fazer suas atividades profissionais para vir, voluntariamente, ao CONSEMA.  
268 Nós temos cinco representações, procuramos distribuir essa representação  
269 no interior do Estado, com a garantia que as despesas vão ser ressarcidas.  
270 Então, realmente, não conheço a parte burocrática, entradas burocráticas,  
271 sou de Porto Alegre, a minha ONG tem recurso. Quer dizer, gostaria,  
272 pensando nos meus colegas do interior que se resolvesse esse assunto com  
273 a maior brevidade possível aprovando a resolução, fazendo as retificações  
274 que tiverem que ser feitas hoje, aprovando para que se possa, então, sendo  
275 uma resolução, fazer o ressarcimento de forma correta. E aí, se houver  
276 algum problema vamos discutir: olha, essa resolução que vocês aprovaram  
277 não deu certo por isso e por isso; porque se no CONAMA, em outras  
278 instituições isso é prática, isso não é um jeton, é prática no Conselho  
279 Nacional do Meio Ambiente, Fundo Nacional do Meio Ambiente, as ONGs  
280 têm participação em vários programas de Governo, PPG-7, inúmeros,  
281 recebemos diárias, às vezes, recebemos o ressarcimento das despesas, às

282 vezes, as despesas são pagas, não recebemos dinheiro nenhum; mas a  
283 gente gostaria, realmente, que esse assunto fosse resolvido na reunião de  
284 hoje. **Sr. Presidente:** Sra. Conselheira, não há nenhum óbice quanto ao  
285 mérito aqui, nenhum, pelo contrário, tanto na Secretaria, como anteriormente  
286 com a Fundação, que era a instituição que mantinha o pagamento dessas  
287 despesas, sempre houve aceitação com relação a esse pagamento. Quer  
288 dizer, quanto ao mérito concordamos plenamente, o que está em discussão é  
289 a forma de fazer. Na forma de fazer, para transformá-la em resolução, é aí  
290 que reside, esse é o nó górdio, ou seja, é possível sob o aspecto  
291 orçamentário da forma como está previsto? Não seria necessário refazer,  
292 revisar? Não teria que se colocar algum aspecto aqui no aspecto que o  
293 Tribunal de Contas, ou a própria Contadoria Seccional da Fazenda venha a  
294 aceitar essa forma? Então, essa é a nossa indagação, por isso que  
295 entendemos que antes de submetermos à aprovação deveria passar por  
296 mais uma rodada de aperfeiçoamento desse instrumento, e aí sim, no mais  
297 veloz tempo submeteríamos à aprovação dos senhores. **Sr. Irineu**  
298 **Schneider:** Sr. Presidente, se me permite, na verdade, é o seguinte:  
299 tentamos provocar o assunto aqui, mas a Câmara Técnica de Assuntos  
300 Jurídicos também não tem nenhuma certeza da legalidade disso. Inclusive,  
301 conversei com o Procurador da Procuradoria-Geral do Estado, que cuida  
302 exatamente dessa área, e ele acha que nós temos fundamentação legal para  
303 isso. Então, ainda que aprovado aqui, nisso o Dr. Paulo Régis tem razão,  
304 pode ser aprovada aqui e ser ineficaz, depois não poder ser aplicada. Nós  
305 teremos que submeter isso à CAGE e à Fazenda para ver como viabilizar  
306 isso para ter o respaldo legal para pagar, porque hoje, realmente, a SEMA  
307 não tem orçamento previsto para isso. Então, estamos, na verdade, tentando  
308 provocando uma situação, porque a gente entende a situação dos colegas,  
309 porque isso nasceu na reunião dos Presidentes das Câmaras Técnicas, com  
310 o Dr. Dilda, que pôs a questão. Ele me consultou: nós pagamos as despesas  
311 das ONGs; e isso começou quando não existia a SEMA, como hoje a política  
312 ambiental pertence à SEMA. A FEPAM, com muita procedência, levantou a  
313 questão, quer dizer, é obrigação da FEPAM? Creio que não. Agora, para  
314 transferir essa obrigação para nós é que estamos tentando fazer, só que  
315 vamos ter que ter aqui o amém de outros órgãos, inclusive, da Auditoria-  
316 Geral do Estado Contadoria. Agora, realmente, se aprovarmos aqui para  
317 depois irmos buscar essa informação, essa forma de fazer, é possível que se  
318 aprove aqui uma coisa que na prática não vai funcionar, depois não vai poder  
319 ser aplicada. Na verdade, queria levantar isso, a Câmara Técnica de  
320 Assuntos Jurídicos aprovou, mas, inclusive, a Dra. Luiza, que é

321 representante da FIERGS, questionou a legalidade, não votou a favor. Então,  
322 realmente, não podemos dar certeza e hoje pensaria diferente até, não  
323 encaminharia assim como está, é que andamos repensando depois e acho  
324 que, realmente, a aprovação antes de termos o amém dos outros órgãos  
325 envolvidos vai ser bastante complicado. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Em nome  
326 da FAMURS, Sr. Presidente, gostaria de colocar que concordo com a  
327 posição e entendo apenas que tratando-se do Conselho Estadual, entendo  
328 que o recurso deve vir do Fundo Estadual do Meio Ambiente que existe,  
329 inclusive, tem dotação orçamentária lá. Então, entendo a necessidade de  
330 termos isso aprovado, até para ajudar os nossos colegas, quanto a isso não  
331 discordamos de forma alguma. Agora, entendo que o recurso também não  
332 deve vir da SEMA, deve vir do Fundo Estadual, e o Fundo Estadual tem uma  
333 Câmara Técnica trabalhando para regulamentar o uso do recurso que já  
334 existe lá no Fundo Estadual. Então, acho que as duas coisas caminham  
335 conjuntamente. Então, acho que o fato, eventualmente, de transferirmos essa  
336 decisão para a próxima reunião seria salutar no sentido de termos essas  
337 respostas e, eventualmente, já trazermos para a próxima reunião uma  
338 regulamentação do utilização do Fundo Estadual do Meio Ambiente, que  
339 também é um pedido já há um bom tempo, não é, Irineu e Presidente? Então,  
340 nesse sentido a FAMURS se manifesta e talvez, então, Sr. Presidente,  
341 abrissemos a possibilidade de em alguns dias recebermos algum  
342 aprimoramento, alguma contribuição a essa resolução. E que na próxima  
343 reunião, então, traria-se ela para uma decisão aqui no nosso Plenário. **Sr.**  
344 **Adoralvo Antônio Schio:** Acho que quanto ao mérito, provavelmente, todos  
345 nós estamos de acordo, acho que vamos aprovar o mérito. Segunda questão,  
346 é provável, como isso é despesa pública, e se não está previsto, talvez até o  
347 jurídico possa chegar à conclusão que tenha que ter amparo na lei, gerar um  
348 dispositivo legal, uma autorização legislativa para que se possa pagar,  
349 reembolsar essa despesa, previsto em lei. Aí, por meio de um decreto  
350 regulamentador, fixaria aquela despesa, talvez nem precise haver resolução  
351 do CONSEMA, porque se a lei prevê e a lei vai prever quem paga,  
352 simplesmente o nosso papel é que o Conselho passe a ter um recomendador  
353 desse processo todo. O CONSEMA em si não tem autorização para habilitar  
354 a despesa. **Sr. Auro de Quadros:** Boa-tarde, Sr. Presidente. Primeiramente,  
355 gostaria de elogiar a iniciativa do CONSEMA com relação à proposta de  
356 resolução. E a título de colaboração gostaria de colocar que a Política  
357 Nacional de Meio Ambiente n.º 6.938, e o Decreto n.º 9.9274, prevê,  
358 expressamente, o reembolso de todos os membros do CONAMA, existe uma  
359 previsão legal. Penso que em nível estadual deveria haver também, a

360 10.330 deveria também prever esse título de suporte, mas até onde sei não  
361 prevê. Com relação à dotação acompanho o Colega da FAMURS, penso que  
362 o Fundo Estadual é o mecanismo hábil a fomentar esse tipo de despesa no  
363 Estado do Rio Grande do Sul. Sr. Ebersson Thimmig Silveira: Acho também  
364 que o mérito é inquestionável, mas pelo que também conheço de setor  
365 público, e o setor público está cada dia mais engessado, não há quem vá  
366 assinar, hoje, do jeito que está, não há como liberar um recurso desse. Para  
367 começar não está previsto em orçamento e tem que existir uma rubrica, tem  
368 que existir um empenho. Isso é uma prática legal que se faz com qualquer  
369 funcionário que tem que viajar, mesmo dentro do Estado. Uma diária para  
370 ganhar, receber uma diária, por exemplo, se eu for viajar ali para Caxias e  
371 pedir meia diária, que vamos ganhar, não lembro quanto é, são R\$ 25,00,  
372 parece, para ir a Caxias; vou receber acho depois de mês, mas isso tem  
373 todo um processo, orçamento, já tem previsão de diária, tem que ter uma  
374 rubrica, tem que ter um empenho. Quer dizer, quem lida com essa prática,  
375 eu não lido, sou da área técnica, mas sabe bem, sei os trâmites, é um parto  
376 para liberar. Então, acho que isso tem que ser uma matéria discutida com o  
377 Tribunal de Contas, com a CAGE, senão vai ser só desgaste, vamos ficar  
378 aqui aprovando um documento que não tem meio de liberar, não vamos ter  
379 meios de liberar esse recurso. Então, talvez até ver como é o Regimento do  
380 CONAMA, já sabe-se que há alguns Conselhos que fazem isso, como  
381 funcionam. Então, acho que teríamos que fazer uma consulta com o Tribunal  
382 de contas e com a própria CAGE para ver como poderia montar isso aqui,  
383 para que pudesse, inclusive, entrar no orçamento. Se com a FEPAM já é  
384 difícil, com a Secretaria vai ser muito pior, porque a FEPAM ainda é uma  
385 Fundação de direito privado, é pública e direito privado, já é difícil de  
386 conseguir pagar, acho que com a Secretaria é muito pior, não vai conseguir  
387 pagar, não paga. E não vai ter quem assine, o ordenador de despesas, ainda  
388 mais com essa lei agora, não há ordenador de despesa que assine isso,  
389 mas, obviamente, o ponto de vista de mérito é legal, está certo, agora,  
390 legalmente, não vai ter nem quem queira assinar. Então, acho que tem que  
391 se respaldar muito bem e acho que não vai ser para este ano, não vai ser  
392 para já, acho eu, isso é uma coisa que vai ter que entrar para o orçamento da  
393 Secretaria. Se for a Secretaria a pagar vai ter que entrar para o orçamento do  
394 ano que vem, tem todo um processo legal para montar, não é fácil. Sr.  
395 Presidente: Srs. Conselheiros, a Presidência propõe a retirada, então, de  
396 pauta dessa minuta de resolução. Todos temos o consenso de que quanto ao  
397 mérito deva ser aprovado, existe, inclusive, uma predisposição favorável de  
398 todos, é unânime nesse sentido. E empenharemos todos os esforços para

399que no mais rápido tempo possível se busque a consulta aos órgãos, tanto  
400da Fazenda, como também o Tribunal de Contas para que se tenha, então,  
401uma posição firme em relação à abrangência de uma norma como essa. **Sr.**  
402**Irineu Schneider:** O Valtemir lembrou aqui a questão do Fundo, tenho  
403impressão que é mais viável por meio do Fundo, até porque as reuniões aqui  
404também são em função de preservação e fiscalização do meio ambiente. O  
405regulamento do Fundo está lá, e a lei que criou o Fundo, onde deve-se  
406aplicar, exatamente em preservação e conservação. E o Fundo é uma verba  
407um pouquinho diferente, mas ainda sim, o Fundo tem que ser aprovado pelo  
408Conselho e mesmo sendo do Fundo tem que haver previsão anual, porque o  
409Fundo também aprova pelo seu Conselho, depois que tem a norma do  
410CONSEMA, e tem que anualmente remeter os quantitativos que vão ser  
411utilizados para cada rubrica. Também isso é necessário, quer dizer, só  
412lembrar. Eu acho que é bem mais viável por meio do Fundo do que pelos  
413cofres públicos, propriamente ditos do Estado, que é mais complicado,  
414depende de legislação, mas de qualquer maneira também o Fundo tem lá os  
415seus trâmites e seus requisitos. **Sra. Kaáthia Maria Vasconcellos Monteiro:**  
416Entendo perfeitamente a preocupação de vocês em relação à legalidade  
417dessa resolução. Agora, preocupa-nos muito garantir a participação dos  
418nossos Colegas. Vivemos em uma situação muito difícil; como poderia-se  
419fazer? Porque sabemos, vamos ser realistas, isso vai para a CAGE, vai  
420demorar, isso não é para a próxima reunião, vai voltar para cá, vai demorar.  
421Como vamos viabilizar o nosso CONSEMA, aí é o conjunto que tem que  
422definir e assumir. Como vamos viabilizar a participação dessas pessoas que  
423vêm do interior? O CEA é em Rio Grande, quer dizer, é bastante longe vir  
424para cá, é caro. O Movimento Roessler está aqui em Novo Hamburgo,  
425relativamente barato, vem de trem. **Sr. Valtemir Goldmeier:** O trem não foi  
426até lá ainda. **Sra. Kaáthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Não foi até lá  
427ainda? Mas o próprio Susin que vem de Caxias, quer dizer, existe um gasto,  
428mais o gasto com alimentação, que, normalmente, sabemos, o pessoal que  
429está no interior costuma fazer suas refeições em casa. Quer dizer, acho que  
430temos que encaminhar alguma coisa, porque se foi pago vamos tentar achar  
431uma forma provisória enquanto esse assunto está sendo tratado junto à  
432CAGE, ao Tribunal de Contas, como se poderia fazer isso. Nós temos aqui a  
433Diretoria Administrativa da FEPAM, o Dr. Paulo Régis, a assessoria do  
434Secretário. Como fazer isso, porque se foi feito durante tanto tempo, porque  
435realmente me preocupa não termos essa participação, porque isso, inclusive,  
436torna o Conselho bastante fragilizado, deixa o Conselho bastante fragilizado.  
437Se durante tantos anos foi pago e agora não mais. **Sr. Adoralvo Antônio**

438 **Schio:** Quanto ao reembolso que está sendo reivindicado só se houver um  
439 dispositivo ligado que possa repassar, eventualmente, algum recurso via  
440 subvenção às Entidades que participam hoje, uma situação emergencial. Não  
441 vejo que se aprove isso antes do fim do ano nesses trâmites. Que possam  
442 encontrar um mecanismo interno que repasse subvenção, estime uma  
443 despesa anual de repasse, senão encontrar nessa área, infelizmente, por  
444 não termos começado a tratar alguns anos antes vamos ter que esperar mais  
445 alguns meses. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Káthia, entendo o seguinte: talvez  
446 uma das saídas alternativas, enquanto se fazem esses estudos, é pensar, de  
447 repente, existe a Associação das ONGs, a Entidade que congrega todas as  
448 ONGs, a APEDEMA. Então, quem sabe se faria de imediato um convênio,  
449 um levantamento desse custo que tem hoje para essas Entidades  
450 participarem aqui. Levanta-se o custo disso e, eventualmente, faria-se um  
451 convênio entre a SEMA, ou a FEPAM, e a Entidade, as Entidades que  
452 participam do Conselho aqui para haver uma maneira. Ou, então, criar o fato,  
453 uma outra alternativa que vejo é criar o fato, que seria o seguinte: pegar a  
454 despesa feita nos últimos meses, vocês devem ter isso lá nas Entidades de  
455 vocês, trazerem essas notas e abrirem um processo administrativo e fazer  
456 tramitar. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Boa-tarde a todos. Quero dizer o  
457 seguinte: essa situação existe, como o Dr. Paulo Régis muito bem registrou,  
458 desde 97. Então, a FEPAM já vem fazendo esse expediente de pagar as  
459 organizações governamentais ambientalistas desde 97. Acredito que deva-se  
460 manter esse procedimento até que se decida por essa nova resolução. Acho  
461 que não há porque, não há motivo de ter-se interrompido agora, há um ano  
462 eu acho, em torno de três meses, a suspensão desse pagamento para essas  
463 ONGs, principalmente à ALGA e CEA, que são as duas únicas organizações  
464 ambientalistas que recebem esse ressarcimento de passagens e  
465 alimentação, são essas duas despesas, porque, geralmente, a reunião é um  
466 dia, é relativamente perto, não precisam pernoitar em Porto Alegre, vão e  
467 voltam no mesmo dia. Então, é uma despesa muito insignificativa para a  
468 FEPAM e que ela poderia continuar mantendo ainda com a vigência dessa  
469 decisão administrativa de 1997, com o Presidente Presser. **Sr. Presidente:**  
470 Conselheira Káthia e Conselheira Edi, esta Presidência submete à  
471 consideração dos senhores que as manifestações sejam aprovadas como  
472 uma moção e que sejam encaminhadas, então, à FEPAM e à SEMA para  
473 que enquanto não aprimorado o instrumento legal, que futuramente será  
474 aprovado por este Conselho, essas instituições, uma ou outra, dêem  
475 continuidade no pagamento. Mas quero registrar que isso aqui não pode ser  
476 uma promessa desta Presidência a doc, e em segundo lugar porque não

477 conheço a que passos aconteceram nos últimos meses em relação ao  
478 Conselho de Administração da FEPAM. Pode, eventualmente, ter acontecido,  
479 a FEPAM mantém um Conselho de Administração, que é extremamente  
480 plural e que pode ter aprovado, pode ter examinado ou não essa matéria.  
481 pelo meu desconhecimento não pode haver um comprometimento, nós aqui  
482 estamos a doc, mas levarei, farei todo o empenho para levar isso, inclusive,  
483 peço que os Srs. Conselheiros aprovem, então, uma moção. Já que não  
484 podemos aprovar o instrumento porque ele depende de um aprimoramento,  
485 vamos aprovar uma moção, uma moção encaminhada à SEMA e à FEPAM  
486 que agilizem os procedimentos. E que enquanto esses procedimentos  
487 estejam sendo adotados se viabilize, quem sabe, a mesma alternativa que  
488 vinha sendo adotada até então. Não pode-se transformar em uma promessa,  
489 mas um empenho. Está entendido, Srs. Conselheiros? Então, se assim  
490 aprovarem permaneçam como estão. **Aprovado** por unanimidade. Faremos,  
491 então, o encaminhamento dessa moção pela Ata. **Sr. Eduardo Osório**  
492 **Stumpf:** Só queria colocar que ainda falta um encaminhamento, que seria  
493 em relação a quem vai encaminhar esses estudos à CAGE, seria a SEMA, a  
494 FEPAM, ou vai voltar para uma Câmara jurídica? Senão ele fica solto aqui.  
495 **Sr. Presidente:** Conselheiro, a Presidência deste Conselho recebe a  
496 manifestação, mas repara no seguinte sentido: essa providência cabe ela  
497 dar o encaminhamento. A Presidência deste Conselho tomará as  
498 providências necessárias, encaminhando via SEMA, via CAGE, via Tribunal  
499 de Contas. Cabe à Presidência, por meio da sua Secretaria, tomar as  
500 providências. Ponto quatro da pauta é a Apresentação do Programa Pró-Mar-  
501 de-Dentro. **4. Apresentação do Programa Pró-Mar-de-Dentro. Sra. Maria**  
502 **Elisabete Oliveira:** Boa-tarde a todos. Em primeiro lugar dizer aos senhores  
503 que é grande a satisfação de estar aqui apresentando ao CONSEMA o Pró-  
504 Mar-de-Dentro. Como não fazemos parte, não estávamos nas reuniões que  
505 desencadearam essa apresentação, trazemos hoje uma apresentação bem  
506 completa do programa, como um todo, com todas as suas ações, seu  
507 histórico, mas, especialmente, tentando dar um enfoque ao programa hoje.  
508 Então, é uma apresentação um tanto longa, vou passar brevemente a parte  
509 inicial. Acredito que a atuação do programa e o próprio programa, senão no  
510 seu detalhe, mas na sua criação é de conhecimento do Conselho, mas  
511 vamos tentar pelo menos clarear um pouco o histórico todo, mas dando um  
512 enfoque à situação hoje do Pró-Mar-de-Dentro. Peço desculpa porque não  
513 me apresentei antes, embora o Dilda tenha feito, sou Técnica do Programa  
514 Pró-Mar-de-Dentro e acompanho a trajetória do programa quase que desde a  
515 criação. Tive a oportunidade, ainda no meu município, sou natural de Pelotas,

516 de acompanhar o programa, os primeiros seminários que aconteceram na  
517 região nos anos de 96, 97. E a partir de 97, especialmente, desde a vinda  
518 das primeiras missões do Japão, que desenvolveram tudo no âmbito do  
519 programa, que eu de alguma maneira acompanho. E do final de 98 para cá,  
520 exatamente na época da vinda da missão que desenvolveu os estudos, que  
521 sou membro, como Técnica, do Programa Pró-Mar-de-Dentro. É um  
522 programa do Governo do Estado para o desenvolvimento sustentável,  
523 recuperação e o gerenciamento ambiental das bacias da sua área de  
524 abrangência. Claro, vou começar dando uma configuração dessa área de  
525 abrangência, mas antes sem deixar de dizer que a proposta hoje dentro da  
526 Secretaria Estadual de Meio Ambiente para o programa está no sentido de  
527 inserção nas políticas de desenvolvimento e gestão ambiental do Estado.  
528 Então, a Secretaria traz o programa e, indiscutivelmente, dentro de um  
529 objetivo maior de desenvolvimento de combate às desigualdades regionais e  
530 inclusão social. Como diretriz geral na SEMA a inserção do programa nos  
531 sistemas: SISEPRA, Sistema Estadual de Recursos Hídricos e também no  
532 Sistema de Unidades de Conservação. Na SEMA por competência legal, a lei  
533 de criação da SEMA que alterou a Lei n.º 10.356, no inciso XVIII, trata  
534 exatamente da competência da SEMA de coordenação dos programas de  
535 desenvolvimento sustentável de bacias hidrográficas. Então, dentro desse  
536 enfoque, e voltando mais para a questão de abrangência do programa, o  
537 colorido é o mapa que nós dispúnhamos de divisão de regiões hidrográficas  
538 do Estado. E o programa está alicerçado em termos de área de abrangência  
539 nessas regiões, nessa divisão. A área atingida pelo programa está  
540 contemplado por quatro bacias hidrográficas dentro da atual divisão de  
541 regiões. Atinge a 50 municípios, uma população atingida de  
542 aproximadamente 1.020.000 pessoas, representando 10% da população do  
543 Estado. E com uma características, que desses 50 municípios 40 têm a sua  
544 sede ou mais de 50% da sua área geográfica dentro da área de abrangência  
545 do programa. Isso representa 22% do território, e dentro dessa área temos as  
546 duas lagoas, Patos e Mirim, que as duas juntas tomam 21% da área do  
547 programa. Aqui é só um pequeno detalhamento das bacias do litoral médio,  
548 com aquele enfoque de municípios que estão totalmente ou parcialmente  
549 dentro da área do programa: a bacia Camaquã, com 26 municípios  
550 abrangidos; bacias Piratini, São Gonçalo e Mangueira, atingindo 18  
551 municípios e a bacia hidrográfica do Jaguarão. Esta planilha, até colocar que  
552 este material poderá vir a ser disponibilizado. Se alguém tiver interesse no  
553 final vamos passar o endereço com e-mail e tal, havendo a solicitação e o  
554 interesse dos senhores podemos disponibilizar. É um estudo de onde se tem

555referência para essa questão da abrangência e da localização das bacias dos  
55650 municípios da área do programa. Vou passar, brevemente, algumas  
557referências ambientais da região de abrangência do programa. Lagoa Mirim e  
558a laguna dos Patos são dois corpos hídricos de fundamental importância,  
559tanto para a área do programa, mas como para o Estado como um todo e até  
560com algumas características muito peculiares, como, por exemplo, a laguna  
561dos Patos, uma das maiores do planeta. Quanto aos ecossistemas, também  
562acredito que não seja total novidade, mas temos uma diversidade fantástica,  
563desde banhados rasos, lagoas, a própria laguna, até áreas montanhosas, e  
564com a sua diversidade característica. Então, vamos desde uma região  
565costeira oceânica, toda uma região lagunar e subindo a serra do sudeste  
566temos uma região montanhosa com as suas espécies características, uma  
567dessas com riscos de extinção. Cabe destacar, especialmente, nesse  
568momento que se passa por toda uma discussão em cima do Parque Nacional  
569da Lagoa do Peixe, que a UNESCO reconheceu em 94 a Reserva da  
570Biosfera da Mata Atlântica território gaúcho, por toda a sua característica. E  
571que o parque, sendo área núcleo dessa reserva, tem uma importância  
572especial, foi também classificada como Sítio Ramsar e área de pouso e de  
573identificação de aves. Então, só reiterando mais uma vez a importância  
574dessa área dentro da área do Mar-de-Dentro. Ainda, de acordo com  
575levantamentos das imagens de satélite, 4% dessa área do programa, dos  
57663.000km<sup>2</sup> do programa, são de áreas úmidas. Claro, muitas delas já  
577bastante afetadas pela utilização na agricultura e devido aos diversos  
578impactos decorrentes, não só agricultura como até mesmo urbanização.  
579Ainda dentro da área do programa temos o Delta do Camaquã e toda essa  
580região do baixo, médio e alto Camaquã, onde temos uma das remanescentes  
581da floresta estacional semidesidual, único delta lagunar e do Brasil, e dentro  
582da área do Mar-de-Dentro. Subindo mais um tanto, no alto Camaquã já temos  
583regiões de formações campestres bastante peculiares também. Questão  
584urbana, Pelotas e Rio Grande são polos, Pelotas é um polo cultural, Rio  
585Grande é área urbana do município. ambas aglutinam uma área, em menos  
586de 10% da área do programa como um todo elas têm juntas, aqui diz quase a  
587metade, acho que mais que a metade hoje. Acho que essa informação ali  
588está um pouco incorreta, da população da área de abrangência. E também  
589os maiores problemas socioambientais, a urbanização, a industrialização. E  
590aqui podemos ver dois exemplos bem característicos e bem conhecidos,  
591especialmente do pessoal do Rio Grande. Então, a inexistência de aterro  
592sanitário, de atendimento à regulamentação a despejos industriais e  
593resíduos, provoca impactos seríssimos na área do programa, especialmente

594 nessas duas cidades, o que não é muito diferente também da questão de  
595 esgotamento sanitário e de resíduos sólidos nas demais cidades da área do  
596 programa, São Lourenço, Tapes, Camaquã, Camaquã agora resolvendo o  
597 problema do lixo, mas todas elas com graves problemas nessas questões.  
598 Com relação à qualidade da água, tem-se diretamente a degradação,  
599 diretamente ligada à questão de sustentabilidade, atingindo especialmente a  
600 pesca na lagoa, e indiscutivelmente com relação ao empobrecimento da  
601 região. Algumas atividades rurais, pecuária e agricultura, são predominantes  
602 na área do programa e provocam desmatamento, erosão, contaminação por  
603 agrotóxicos, sendo esses sérios problemas que acabam atingindo a lagoa  
604 pelos rios que nela desembocam. Porto Alegre e o lago Guaíba é um dos  
605 grandes contribuintes para essa situação, especialmente a questão de  
606 eutrofização e concentração de metais pesados. Mais um aspecto, a questão  
607 dos índios, que temos ainda alguns ali na região do Camaquã, os guaranis. E  
608 no caso dos pampeanos temos apenas alguns sítios arqueológicos e alguns  
609 até perdidos, com uma dificuldade enorme de identificação e de preservação  
610 na região especialmente de Santa Vitória do Palmar, sendo questões  
611 fundamentais para que se dê um encaminhamento, um segmento de ações  
612 governamentais de preservação e de proteção desses ecossistemas. **Sra.**  
613 **Kaáthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Pampeanos eram indígenas? **Sra.**  
614 **Maria Elisabete Oliveira:** Sim, eram grupos formadores dos povos aqui no  
615 Estado do Rio Grande do Sul. Deles sambaquis, os resquícios que se têm  
616 dos sambaquis são peças desse grupo indígena de pampeanos, eles não  
617 existem mais há muito tempo. O objetivo dessa primeira parte era tentar dar  
618 só um apanhado geral de uma situação ambiental, das questões ambientais  
619 na área do programa. Vou apenas pincelar o histórico do programa e  
620 algumas realizações desde a sua criação pelo Decreto Estadual 35.237/94.  
621 Em 97, por força de mobilização de setores da coletividade da região sul do  
622 Estado, agindo e atuando sobre o Governo do Estado houve como  
623 consequência uma intenção de cooperação, um movimento do Estado do Rio  
624 Grande do Sul de junto ao Governo Federal para que houvesse uma  
625 cooperação entre o Brasil e Japão, por meio da Jaica, o que acabou  
626 resultando no estudo de gerenciamento ambiental da bacia hidrográfica  
627 Patos e Mirim. Esse estudo iniciado em julho de 98 teve duração de 98 até  
628 2000. Essa cooperação técnica por meio da Jaica aconteceu aqui no âmbito  
629 do programa por meio de duas consultorias contratadas para tal. Além disso,  
630 atuavam também, junto a essa equipe de japoneses que aqui estiveram, toda  
631 uma equipe montada naquela ocasião dentro da Secretaria de Coordenação  
632 e Planejamento, visto que o programa desde a sua formação até a vinda para

633 a SEMA, no início de 2001, estava dentro da Secretaria de Coordenação e  
634 Planejamento. Assim como o Pró-Guaíba e os demais programas que não  
635 chegaram naquela ocasião a se instalar. Esse estudo desenvolvido pela  
636 Jaica teve a cooperação de aproximadamente 40 instituições, entre  
637 instituições governamentais e não governamentais, que atuavam como  
638 contrapartes ou cooperantes, disponibilizando dados, estudos ao grupo de  
639 japoneses que aqui estavam estudando. A realização de estudo de campo  
640 acompanhado pelos técnicos da Coordenação e Planejamento que  
641 montavam a equipe do programa naquela ocasião, mais diversos técnicos de  
642 instruções da região, e até mesmo aqui de Porto Alegre, por exemplo,  
643 UFRGS, UNISINOS, mais todas as instituições regionais, cooperando para  
644 ser feito esse estudo de campo e coleta de dados, que haveriam de gerar o  
645 plano de gestão ambiental. Esse era o objetivo desse estudo, dessa  
646 cooperação técnica com a Jaica. Nesse período também do trabalho com a  
647 Jaica houve a realização de projetos pilotos de educação ambiental na  
648 região, mais especificamente em Pelotas e Rio Grande, na colônia Z-3 de  
649 pescadores e na Vila São Miguel, também de pescadores. O objetivo do  
650 estudo desenvolvido e contratado para ser desenvolvido pela Jaica era como  
651 eu dizia antes de elaborar um gestão ambiental, e com o objetivo de  
652 recuperar e preservar a qualidade da água da lagoa Mirim e dos  
653 ecossistemas de áreas úmidas. Atingindo, então, toda a região do entorno da  
654 laguna dos Patos e de entorno da lagoa Mirim, sem, entretanto, fazer um  
655 estudo naquela ocasião da qualidade das águas da Mirim, por serem águas  
656 internacionais teria que ter a participação do Uruguai. E naquele momento,  
657 então, o estudo se ateve somente às áreas de entorno. O estudo foi  
658 concluído em agosto de 2000 e apresentando um relatório, um resultado final  
659 em novembro do mesmo ano. As metas estabelecidas nesse estudo eram  
660 metas para 2010 de médio prazo e 2020 de longo prazo, visando o alcance  
661 de um nível de qualidade das águas que possibilitassem a sustentabilidade  
662 da região. No estudo final havia uma proposição de 23 projetos, e o custo  
663 estimado de 18 projetos considerados pela equipe da Jaica como prioritários,  
664 o custo estimado naquela ocasião era de 63.000.000 de dólares. Ao mesmo  
665 tempo em que se desenvolvia esse estudo, por meio dessa cooperação  
666 técnica internacional, havia já um intuito de que o programa começasse a se  
667 executar, de começar a ter ações locais, ações regionais. E por esse motivo,  
668 não só para alicerçar o estudo da Jaica, mas para desenvolver já ações na  
669 região, começaram a ser firmados diversos convênios com instituições locais,  
670 instituições regionais. Em 99 foram firmados quatro convênios, dois deles  
671 com o objetivo de monitoramento com a FURG, mais dirigido à laguna dos

672 Patos, e outros com o objetivo de saneamento da habitação com municípios  
673 da região, da área do programa. Já em 2000, nesse mesmo sentido, foram  
674 firmados mais 12 convênios com diversas instituições, nas áreas de  
675 monitoramento, preservação da biodiversidade, proteção de matas auxiliares  
676 e zonas úmidas e educação ambiental. Por conta ainda do estudo realizado  
677 pela Jaica e em 200 foi encaminhado ao Governo japonês o que seria uma  
678 proposta de que a Jaica continuasse trabalhando em conjunto, em convênio  
679 com o Estado e com o programa, no sentido de desenvolver estudos de  
680 viabilidade desses projetos elencados como prioritários. Na época, a  
681 proposta encaminhada ao Japão foi orçada em quatro milhões de dólares  
682 para o estudo de viabilidade dos projetos, de alguns projetos. O que  
683 aconteceu com isso? Vou tentar relatar um pouco do que houve. Em um  
684 primeiro momento houve um aceno por parte do Governo japonês no sentido  
685 de realizar sim, de continuar o trabalho em cooperação com o Estado do Rio  
686 Grande do Sul e realizar os estudos de viabilidade. Entretanto, com uma  
687 redução, eles passaram por uma questão financeira no Japão, mundial até  
688 na época, bem séria, e houve uma redução bárbara, brusca nesse valor  
689 proposto e, conseqüentemente, o estudo não seria mais para os 18 projetos  
690 prioritário e sim para um outro número ou outra temática que o Governo  
691 Estadual encaminhasse. Isso já estávamos nas vésperas da transição do  
692 programa para a Secretaria do Meio Ambiente, que já havia sido criada em  
693 agosto de 99, e que já tinha como competência legal a coordenação de  
694 programa dessa natureza. Então, havia já um movimento de transição, e ao  
695 mesmo tempo a saída das equipes japonesas, porque fim do estudo em  
696 agosto de 2000 o Japão se retira e de agosto a novembro de 2000  
697 concluíram os relatórios no Japão mesmo e fim do acordo com a Jaica não  
698 tinha mais aquela equipe aqui trabalhando. No início de 2001 o programa  
699 passa efetivamente para a Secretaria do Meio Ambiente, e junto com ele veio  
700 a sua dotação orçamentária, algumas informações e como conseqüência da  
701 vinda para a SEMA houve uma alteração da composição do Conselho  
702 Diretor. Entretanto, a equipe que existia no Planejamento não acompanhou o  
703 programa por uma série de questões, especialmente funcionais, de vínculos  
704 de funcionários, etc. e tal, acaba que o programa vem para a SEMA com uma  
705 estrutura mínima e passa por uma série de alterações que deveriam refletir  
706 em alterações no seu decreto, no seu ato formal. ainda sim, nesse período de  
707 2001 a 2002, já havia diversos convênios firmados, havia uma expectativa  
708 enorme na região do que seria a continuidade dos estudos realizados pela  
709 Jaica. E havia diversos projetos pilotos iniciados dentro daquele enfoque já  
710 começar a executar o programa. Em 2003 continua essa mesmo situação,

711 muitos desses convênios por uma série de questões, inclusive, questões  
712 financeiras do Estado tiveram que ser aditados, continuaram a sua execução,  
713 mas não naquele ritmo que era o esperado. Isso eu digo de 2001 a 2003 que  
714 aconteceu esse processo todo. Em 2003 o objetivo dado aqui para o  
715 programa no âmbito da SEMA era de se trabalhar, e esse é objetivo que  
716 mantemos até hoje em conjunto com os diversos setor da Secretaria do Meio  
717 Ambiente. Então, não mais contava o programa com aquela estrutura que  
718 teve antes, bem maior do que aqui veio para a Secretaria do Meio Ambiente,  
719 mas contava agora com uma parceria e uma cooperação, haveria de ser  
720 assim, com a FEPAM, com a Fundação Zoobotânica, com o DEFAP e DRH.  
721 Então, nesse sentido se começa a estudar essa reestruturação do programa.  
722 Em 2004 há uma demanda forte vinda por meio do processo de participação  
723 popular, a consulta popular desenvolvida no Estado foi estabelecida como  
724 prioridade do Governo Estadual, e por conta disso se por um lado aumenta a  
725 demanda, aumenta o trabalho e se desliga um pouco daquela parte que se  
726 pretendia em 2003, que era de reestruturação do programa. Por outro lado se  
727 demonstra que a região quer o programa, que a região está aprovando,  
728 inclusive, no seu processo de participação popular, projetos dentro das  
729 temáticas e da área do Pró-Mar-de-Dentro. Então, por conta disso se  
730 desencadeou uma série de outros convênios, agora com mais municípios,  
731 hoje são 14 convênios em execução firmados e atingindo um número maior  
732 de municípios. O que tinha-se mostrado ali com relação á transição para a  
733 SEMA, no início de 2001, coloquei uma lâmina com o organograma e  
734 composição já agora no âmbito da SEMA, em termos de composição  
735 estabelecida pelos decretos, tanto o decreto de criação quanto o decreto que  
736 alterou o Conselho Diretor. Então, essa é a formação, o programa teria um  
737 Conselho Diretor, um Comitê Consultivo, uma Secretaria Executiva e  
738 diversos grupos de trabalho, assim está estabelecido no Decreto n.º 35.237.  
739 E o decreto do início de 2001 altera tão-somente a composição do Conselho  
740 Diretor, que passa a ter como Presidente o Secretário de Estado do Meio  
741 Ambiente. Ainda só ilustrando aquele histórico todo que passou, aqui há  
742 algumas ações desenvolvidas nos anos de 200 e 2001. Tantos os painéis  
743 como o vídeo, e outras que vamos passar adiante, o livreto produzido, todas  
744 essas ações e dois projetos de educação ambiental aconteceram com  
745 recursos da Jaica desenvolvidos nos anos de 99 e 2000. Eu estava antes na  
746 Vila São Miguel, em Rio Grande, e na Colônia Z-3 em Pelotas. Aqui alguns  
747 convênios, as fotos são de ações de convênios do Verão com Vida,  
748 realizados em Rio Grande, Pelotas e Arambaré, com ONGs. Protocolos de  
749 intenções, esse aqui em especial, firmamos no ano de 2001 um protocolo de

750 intenções com o Município de Pelotas e Turuçu, no intuito de fazer um estudo  
751 dessa área que poderia vir ou não a se transformar em um APA, que é  
752 chamada APA das Lagoas. Esse estudo haveria de ser realizado, em um  
753 primeiro momento se teve uma discussão para ser feita junto com a  
754 Universidade Católica de Pelotas e posteriormente com a Fundação  
755 Zoobotânica do Estado. Nesse sentido de que se venha ainda a realizar é  
756 uma das propostas que a gente tem que ainda se realize, porém, há um  
757 projeto maior, um projeto que tem a denominação de Conservação da  
758 Biodiversidade com vista ao Desenvolvimento Local. É um projeto do  
759 Governo do Estado onde, com certeza, pelo menos boa parte do estudo e  
760 dos objetivos desse estudo vão estar contemplados. E isso por uma investida  
761 do Pró-Mar-de-Dentro. Aqui vou passar, rapidamente, alguns convênios em  
762 execução ainda, como, por exemplo, esse convênio com a UNISINOS que  
763 teve início no ano de 2000, final de 2000, e agora está em fase final de  
764 execução, já quase próximo de relatórios finais, até o final deste ano, que  
765 visa fazer uma avaliação das área de preservação e até da unidade de  
766 conservação do Delta do Camaquã. Tinha um caráter importante de envolver  
767 as comunidades tradicionais, a população indígena da região. E deve,  
768 concluído esse convênio, servir de subsídio, ou redesenhar pelo menos os  
769 limites da área, e até mesmo de subsídio à implantação efetiva do Parque  
770 Estadual Delta do Camaquã. Aqui é uma mostra de uma outra ação, e essa  
771 já concreta, física, os riograndinos e todos nós podemos usufruir da  
772 passarela, é um convênio também do programa com o NEMA, que tem a  
773 participação da autarquia do balneário Cassino. Está lá implantada a  
774 passarela e todo o manejo com recursos oriundos do Pró-Mar-de-Dentro,  
775 quase que 100% dos recursos. Temos ainda em execução convênios com o  
776 Ministério Público, com a Universidade Federal, esse do Ministério Público  
777 envolvendo a FIRG e a UCPEL, e com certeza precisando de um  
778 aditamento, de uma reavaliação, além de sete convênios oriundos da  
779 consulta popular e municípios. Os convênios com a FURG também já indo  
780 para o seu estágio final e, possivelmente, gerando um novo convênio que  
781 está por se construir. Aqui chegamos realmente na fase de proposição, do  
782 que se pretende para o programa, sem antes passar pelos objetivos estão de  
783 maneira geral delineados no decerto e adaptados à situação hoje do  
784 programa na SEMA. A proposição de implementação do programa é de  
785 ações distribuídas em sete subprogramas e que deverão estar contemplados  
786 no Plano Diretor, de acordo com as necessidades a serem diagnosticadas,  
787 ou pelo menos complementado esse diagnóstico com a capacidade dos  
788 órgãos co-executores, assim como do próprio Estado e com os recursos

789financeiros disponibilizados ou captados. Esses três primeiros subprogramas:  
790administração e gerenciamento, plano de comunicação e informações  
791geográficas, educação ambiental, são subprogramas meio. Ou seja, o  
792administração, por óbvio, é ele que teria que dar a estrutura e o suporte para  
793que os outros acontecessem. O plano de comunicação e informações com  
794um caráter de fazer a comunicação do programa e entre o programa a  
795SEMA, as diversas instituições envolvidas, mas, especialmente, retornar à  
796comunidade os dados. Ou seja, além do estudo pela Jaica, os resultados  
797desses diversos convênios e outros estudos mais que se conseguiu compilar  
798nesse tempo existem, estão aí, só que não estão disponibilizados. Não temos  
799ainda um sistema, nem se quer um banco de dados capaz de ser utilizado  
800por um sistema com o objetivo de devolver às comunidades essas  
801informações, e elas estão cada vez mais sendo necessárias e cada vez mais  
802sendo solicitadas ao programa. Educação ambiental permeia todos os  
803demais subprogramas, um componente de cada projeto. Programas quatro,  
804cinco e seis são o que chamamos de subprogramas fim. Embora já  
805tenhamos algumas ações dentro dessas temática de desenvolvimento,  
806especialmente desenvolvimento rural, e algumas dentro da temática de  
807desenvolvimento urbano. Por exemplo, alguns projetos de diagnóstico de  
808condições de saneamento com municípios, projetos de uso e conservação do  
809solo, também com municípios. Esses programas requerem, necessitarão de  
810um aporte de recursos que não se faz, e todos nós sabemos, com recursos  
811do Tesouro do Estado, como vem sendo feito o programa até hoje e como se  
812propõe por mais algum tempo. E o subprograma sete também, tanto é meio  
813como é fim, mas também permeia todos os demais. Então, em todos os  
814projetos se tenta colocar tanto um componente de educação ambiental ou  
815quanto de fortalecimento das instituições envolvidas. E o que ele visa é a  
816estruturação e o fortalecimento do programa da SEMA, mas especialmente  
817das instituições. Como vem-se fazendo a execução do programa?  
818Diferentemente da expectativa que se tinha na época do acordo com a Jaica  
819de que se conseguisse recurso via GEIBIC, ou BID, e na época, inclusive,  
820foram encaminhadas cartas consultas por meio da CAI e valores bastantes  
821elevados, era algo da ordem de 750.000.000 de dólares, primeira carta  
822consulta e depois houve uma alteração para 247.00.000 de dólares, desses o  
823Estado haveria que aportar 49.000.000 de dólares, isso dados de 2000.  
824Então, bem diferente daquela expectativa da época, até porque é de  
825conhecimento de todos que a capacidade financeira do Estado, aí vem a  
826resposta que eu dizia que fiquei devendo, o que aconteceu com aquele  
827formulário encaminhado à Jaica? O que aconteceu com as cartas consultas

828encaminhadas ao CAI para que o programa se viabilizasse? Nenhuma delas  
829vingou. Por quê? Porque o motivo que estava atrás e que deveria existir, que  
830era a capacidade financeira do Estado de se comprometer com esses  
831montantes deixou de existir, pelo menos nesse momento não existe, ou não  
832está estabelecido como prioridade. Então, essa era a resposta que faltada,  
833mas de qualquer maneira existe o programa, não parou em momento algum,  
834teve sim uma oscilação muito grande na vinda para a Secretaria do Meio  
835Ambiente, toda a transição. Quem sabe a gente tenha uma boa no futuro,  
836mas toda a transição implica em perdas, e tomara que em ganhos, mas  
837nesse caso continuamos executando o programa, cumprindo os  
838compromissos, nenhum convênio foi cancelado, nenhum convênio foi  
839abrotado, nenhuma ação que o programa vinha desenvolvendo foi cerceada,  
840pelo contrário, procurou-se ampliar e manter essas relações. Tanto que  
841alguns perduram até hoje, desenvolvendo projetos pilotos, celebrando  
842convênios, mas especialmente quando se conseguiu colocar no PPA, no  
843Plano Plurianual de 2004 para 2007 todos os objetivos do programa por meio  
844de ações. Ou seja, o que se tinha antes, até porque no PPA anterior ainda  
845não existia Secretaria do Meio Ambiente, o programa fazia parte de um  
846departamento na Secretaria de Coordenação e Planejamento. Portanto, ele  
847figura no Plano Plurianual dessa forma, um segmentozinho do projeto dentro  
848de um departamento, dentro de uma Secretaria. No âmbito da SEMA o  
849grande diferencial é que se consegue colocar o programa com cinco ações  
850dentro do Plano Plurianual para 2004 até 2007, contemplando não só os  
851objetivos gerais que eu mostrei lá adiante como, especialmente, os  
852subprogramas. Eles estão todos contemplados dentro do Plurianual. Por  
853conseqüência aparecem no orçamento com essa mesma características, e  
854uma diferença, por exemplo, do PPP, que é a consulta popular, como é  
855chamada, é que no não passado a região dizia: queremos ações aqui. então,  
856aparecia como demanda aprovada na consulta popular. Neste não as ações  
857já têm nome, as ações já estão classificadas, já são Plano Diretor do Mar-de-  
858Dentro, já são educação ambiental no Mar-de-Dentro, e isso como reflexo,  
859pelo menos no caráter de planejamento do programa estar inserido com  
860todos os seus objetivos dentro do Plurianual. Só para dar uma amostra como  
861ele aparece dentro do plano, até para deixar bem transparente os valores  
862que estão posto pelo menos até hoje, aparece como Plano Diretor da região  
863hidrográfica do litoral e do Pró-Mar-de-Dentro: administração e  
864gerenciamento, plano de comunicações; os três subprogramas:  
865desenvolvimento urbano, rural e preservação como uma ação, e  
866desenvolvimento e fortalecimento institucional como outra ação, ainda

867 educação ambiental a área do Mar-de-Dentro. Só para clarear um  
868 pouquinho, a SEMA dentro do Plano Plurianual tem cinco programas, um  
869 deles é o Nossas Águas, onde está o Mar-de-Dentro, o Pró-Guaíba, uma  
870 parte do DRH, algumas ações da FEPAM, ações da Fundação Zoobotânica e  
871 ações do Batalhão de Polícia Ambiental, inclusive, na área do programa. E o  
872 Mar-de-Dentro, tanto aparece dentro do Nossas Águas e dentro do Educação  
873 Ambiental. Até o final deste ano deve-se desencadear uma avaliação do  
874 Plano Plurianual, esse plano prevê avaliações anuais e alterações. Ou seja, é  
875 o momento de se rever se alguma ação deveria ou não estar ali e se a gente  
876 pode ou não brigar por uma cifra maior do que essa aqui, que é o aporte que  
877 tem hoje no Plano Plurianual do Estado. Aqui se fez uma planilha mostrando  
878 toda a questão de recursos financeiros, toda a execução do programa, de 99  
879 até 2005. Por que 99? Porque o primeiro orçamento previsto, a primeira vez  
880 que em que o programa foi previsto no orçamento do Estado foi no ano de  
881 99. Então, dali se vem. Nessas duas colunas a gente mostra o que estava  
882 em execução e isso se tratando de recursos do Tesouro. Recursos da Jaica  
883 que foram aplicados no estudo não estão aqui contemplados. Então, vê-se  
884 toda uma evolução, por exemplo, de recursos aplicados com convênios e  
885 como também o diferencial entre situações que se tinha, por exemplo, no ano  
886 2000, uma previsão de R\$ 2.738.000,00 para o programa e que se tem hoje.  
887 De qualquer sorte o que pode-se perceber agora, nesse momento? Esse o  
888 significa recurso direto do orçamento, Tesouro, livres. Esse aqui é o recurso  
889 aprovado na consulta popular e esses recursos extraorçamentários que  
890 haveriam de ser captados ainda, ou seja, não existem de fato. O que se  
891 conseguiu ter autorizado para o programa neste ano foi esse valor e mais  
892 acrescido desse outro valor. O que aconteceu? Alguns projetos e algumas  
893 propostas da região não entraram no orçamento do programa, mas estavam  
894 dentro do orçamento da SEMA. E por estarem na área do programa foram  
895 repassados e estão sendo executadas pelo Pró-Mar-de-Dentro. Então, hoje  
896 estamos executando 330.000 de consulta popular, aproximadamente, neste  
897 ano, e temos ainda esse recurso autorizado de 467.000 para o programa. A  
898 despesa prevista com convênios é de R\$ 658.000,00, temos 14 convênios  
899 em execução já este não e dois previstos. Para o não que vem a consulta  
900 popular mostra que pelo menos a locação de recursos e esses recursos têm  
901 uma garantia de prioridade do Governo do Estado, houve uma ampliação  
902 com relação ao ano passado, de 140 para 552. Os da SEMA, o orçamento foi  
903 fechado ontem, os da SEMA ainda não temos a definição, mas com certeza  
904 haverá um aporte maior. Esses 552.000 estão destinados a ações de  
905 diagnósticos em municípios e de educação ambiental. E creio que aqui da

906 SEMA se tenha alguma coisa a mais, algum recurso mais para o programa  
907 na área de SIG. Para 2005 se prevê ainda a continuidade de dez convênios,  
908 que já estão em execução e mais cinco já previstos. Hoje o estado da arte  
909 do programa nos leva a três ações estratégicas prioritárias: a primeira delas  
910 seria a constituição efetiva do Plano Diretor do Pró-Mar-de-Dentro, haja vista  
911 que o estudo da Jaica não só atingia todas as temáticas que estavam  
912 previstas nos subprogramas e mesmo ao objetivo geral do programa, como  
913 também não atingia toda a área de abrangência do Pró-Mar-de-Dentro.  
914 Portanto, é importante, tem o seu valor, tem que ser validado, mas não  
915 responde a um Plano Diretor para o Pró-Mar-de-Dentro. Essa é uma lacuna e  
916 no nosso entendimento é a ação prioritária número um do programa, é  
917 constituir o seu Plano Diretor. Ação estratégia prioritária, fundamental e  
918 indispensável é a reestruturação do programa, isso se pensa, embora em um  
919 momento todo de discussão e de reestruturação da própria Secretaria, que  
920 continue como já está e se aprimorando, mas trabalhando em conjunto,  
921 inclusive, discutindo de forma conjunta com os diversos órgãos da própria  
922 SEMA e também órgãos da região. Que estrutura, qual é a necessidade  
923 efetiva para que o programa consiga ter um mínimo de condições de  
924 executar o que vem pela frente? E por fim, lá no bem no início a gente falava  
925 na inserção do programa nos sistemas e especialmente no sistema Estadual  
926 de Recursos Hídricos. Em 2002 foi aprovado no Conselho de Recursos  
927 Hídricos, e teve uma participação grande do programa na discussão junto  
928 com a Câmara Técnica do Conselho, a Resolução n.º 05, que nada mais é do  
929 que dar um caráter em termos de gestão diferenciado para a laguna. O  
930 entendimento e a discussão feita na época é que havia uma divisão no  
931 Estado onde a lagoa tinha parte dela, a sua parte leste fazia parte da bacia  
932 do comitê, teria gestão pelo comitê do litoral médio. E a sua parte oeste pelo  
933 Comitê Camaquã, e outra parte, já junto ao canal, pelo comitê que era  
934 chamado Mirim São Gonçalo. Então, houve um entendimento não só de  
935 redefinir essa divisão, quando surgiu, então, a bacia do Jaguarão. O Mirim  
936 São Gonçalo passou a ser chamado de Piratini São Gonçalo Mangueira, mas  
937 também de tratar a laguna com uma gestão própria. Ou seja, todos os  
938 comitês que têm alguma contribuição, cujas áreas têm contribuição, as  
939 bacias têm contribuição para a lagoa, haveriam, de ter parte. Então, formaria-  
940 se, seria uma composição tripartite, inclusive, com a participação do comitê  
941 do lago Guaíba, haja vista que é um dos grandes contribuintes da situação  
942 pelo menos de qualidade das águas da lagoa. Então, essa Resolução n.º 05  
943 já está criada, foi criada também a Resolução n.º 09, que trata de implantar  
944 um grupo de trabalho para estruturação do comitê, ou seja, vai dizer os

945 objetivos e definir, inclusive, regimento e tal, para que se instale o comitê.  
946 Essa ação já está sendo estudada, muito provavelmente, ainda dentro deste  
947 ano, deverá estar sendo desencadeada no Conselho de Recursos Hídricos, e  
948 vem diretamente junto ao objetivo de inserção do programa nos sistemas. Ou  
949 seja, o programa, possivelmente, não vai ter, não vai-se criar uma estrutura,  
950 uma superestrutura. Deve mudar bastante o caráter de fomento, mas o  
951 programa é tratado como uma política pública do Estado do Rio Grande do  
952 Sul. Dentro dessa nova forma de ver e de tratar o Pró-Mar-de-Dentro está já  
953 se projetando para iniciar ainda este ano um projeto de revitalização do  
954 programa, com duas vertentes fortes: educação ambiental e o Plano Diretor.  
955 A educação ambiental com comunidades tradicionais, pescadores,  
956 agricultores. E nas áreas, tratando de temas como pesca, piscicultura,  
957 culturas tradicionais, e vem aqui também, junto a esse projeto que eu citei um  
958 pouco antes, que é o Projeto Biodiversidade, e tem componentes exatamente  
959 na área de culturas tradicionais. E nas áreas urbanas tratar a temática de  
960 resíduos sólidos, saneamento e especialmente a municipalização junto com o  
961 SIGA, o Programa SIGA. A segunda vertente desse projeto de revitalização é  
962 o Plano Diretor com os passos que estão aqui desenhados. O primeiro deles  
963 seria a definição do marco lógico do programa, ou seja, não só se ter  
964 objetivos, mas se ter a validação, a legitimidade desses objetivos. Definição  
965 de matriz dos envolvidos, nós já sabemos, tivemos 40 instituições  
966 trabalhando com o programa. Hoje a gente consegue chegar a um total de 70  
967 instituições envolvidas, no mínimo, com atuação na área do programa, mas o  
968 que nos falta ainda é ter claro, embora há muito tempo se sabe que é  
969 necessário, o que cada um é capaz de fazer dentro desse contexto. A  
970 validação dos estudos desenvolvidos pela Jaica, que, obviamente, é  
971 imprescindível que se faça, retire dali o que realmente vale para o Plano  
972 Diretor, um estudo que já foi feito, que é satisfatório e suficiente para os  
973 objetivos do programa e que se retire dali aquilo que efetivamente não vai-se  
974 usar. Deixa de ser um estudo guardado em uma estante e passa a ter valor  
975 prático. A formação do banco de dados que eu colocava, não só durante os  
976 estudos da Jaica, muito embora a Jaica foi quem mais levou informações,  
977 mas muito mais que o próprio programa, mas muita informação existe junto à  
978 FURG e outras instituições que trabalharam. Há muita informação no  
979 programa, porém, absolutamente incapaz, a informação é inútil, a informação  
980 é incapaz de ser utilizada. Complementação do diagnóstico socioambiental, o  
981 diagnóstico desenvolvido pela Jaica também não contemplou todas as  
982 temáticas. Elaboração de um termo de referência para a constituição,  
983 propriamente dita, do Plano Diretor, e uma vez constituída a identificação de

984 facilidades e dificuldades, as oportunidades de executar as ações previstas.  
985 E por fim a elaboração de matriz de ações, curto, médio e longo prazo. Esses  
986 pontos que colocamos é o entendimento que temos que falta hoje no  
987 programa. Fez-se um estudo, cooperação internacional, tem-se um objetivo,  
988 tem-se um decreto, tem a criação do programa, ele existe e faz uma série de  
989 convênios, mas estão absolutamente desencadeados, não estão norteados  
990 por um instrumento que contemple os problemas, os impactos e soluções  
991 que tem que ser encadeados, e quanto custam essas ações, como se faz,  
992 com quem se faz e em que tempo se faz. Isso, efetivamente, não se tem no  
993 Pró-Mar-de-Dentro. Aqui é um apanhado rápido de instituições que teriam  
994 que estar envolvidas, não estão todas nominadas e ali só aparece outras em  
995 algum momento, mas já em um documento que se tem formatado chegamos  
996 a 70 instituições que terão que estar participando dessa revitalização do  
997 programa. A primeira etapa já está quase que saindo da casca, está-se já em  
998 tratativas bem adiantas e com recurso garantido para iniciar pelo menos a  
999 primeira etapa, que seria por meio de um convênio com a FURG, que  
1000 estamos dando o título de Consolidação dos Estudos Preliminares para a  
1001 Constituição do Plano Diretor de Gestão Ambiental do Pró-Mar-de-Dentro.  
1002 Por quê? Bem dentro daquele enfoque, diversos estudos foram feitos, dados  
1003 as pencas, não só nas instituições como mesmo dentro da SEMA e do  
1004 programa, mas a consolidação desses estudos para a gente conseguir ter  
1005 efetivamente um diagnóstico da região, ou pelo menos saber o que ainda  
1006 precisa ser levantado, isso de fato não existe. Aqui estão arroladas algumas  
1007 metas já estabelecidas para esse convênio, não seria o caso de ler todos,  
1008 mas eles têm dentro daquela vertente da educação ambiental já alguns  
1009 projetos pilotos aqui com esse recurso. E a expectativa que temos de estar  
1010 pelo menos com esse desenho feito, com o convênio firmado dois meses  
1011 antes do término deste ano. Eu diria que esse convênio vai até aqui, não vai  
1012 chegar, essa primeira etapa do projeto de revitalização do programa não vai  
1013 chegar a constituir o Plano Diretor. Essa é uma etapa, seria a segunda, mas  
1014 vai chegar até o termo de referência, passando por todos esses. Então, as  
1015 onze metas que estão estabelecidas respondem exatamente a esses itens  
1016 que estão até aqui, a elaboração do termo de referência para a constituição  
1017 do Plano Diretor. É um esforço grande que se tem feito para se ter um plano  
1018 e poder realmente fazer o programa se transformar em uma prioridade. Ele  
1019 existe, está-se executando nas condições disponibilizadas com a estrutura da  
1020 SEMA e do Estado. E essa é a proposta, que a gente consiga ao cabo dessa  
1021 primeira etapa desse convênio com a FURG responder o que fazer, como  
1022 fazer, com quem fazer, com quanto fazer e que se consiga desenhar, ter

1023 esse instrumento. Era isso, a coordenação geral desse projeto é da SEMA e  
1024 está à disposição o nosso endereço, telefone e e-mail. Se quiserem algum  
1025 esclarecimento estou à disposição. **Sra. Mariangela Correa Laydner:** Acho  
1026 que o trabalho está belíssimo, iniciativas como essas têm que ser quanto  
1027 mais rápido implementadas melhor. Só acho que tu esqueceste ali um ator  
1028 extremamente importante, que é o gestor de saneamento deste Estado, que  
1029 é a Secretaria de Obras e Saneamento. Nós temos uma Lei n.º 12.037, que  
1030 institui o Sistema Estadual de Saneamento no Estado do Rio Grande do Sul.  
1031 Para contribuir com o teu trabalho, a Secretaria hoje está com um diagnóstico  
1032 praticamente concluído de 46% do Estado do Rio Grande do Sul, em termos  
1033 de saneamento, abastecimento de água, esgoto sanitário, resíduos sólidos e  
1034 drenagem urbana. Conclui até, imagino que junho, julho do ano que vem  
1035 100% do Estado. Então, acho que isso pode nesse setor que tu queres, do  
1036 diagnóstico quanto vai custar, o que tem que fazer, acho que podemos  
1037 contribuir muito com o programa. Então, estamos à disposição lá na  
1038 Secretaria e que tu colocaste a Secretaria de Obras e Saneamento.  
1039 Parabéns pelo trabalho. **Sra. Maria Elisabete Oliveira:** Muito obrigada da  
1040 minha parte e peço desculpas, porque nessa lâmina não estava a SOPS,  
1041 estava só a CORSAN. Eu comentei que tinha 70 instituições arroladas em um  
1042 documento já em vias de formalização, que é exatamente a minuta de  
1043 convênio com a FURG. E lá com certeza já está, tenho o documento aqui, já  
1044 está a Secretaria de Obras. Só para colocar mais uma questão, tem um dos  
1045 projetos que estamos fazendo, que é com recurso da consulta popular, que é  
1046 na área de diagnósticos. Eu fiz uma manifestação em um encontro que teve  
1047 em São Lourenço, em junho do ano passado, a respeito de que se o  
1048 programa não tiver o recurso que se previa ano passado, que fosse um  
1049 recurso grande para, inclusive, repassar e trabalhar, ter como co-executora,  
1050 por exemplo, a CORSAN na execução de esgotamento sanitário, pelo menos  
1051 ele poderá auxiliar os municípios nos seus diagnósticos. E isso já se está  
1052 fazendo, em junho de 2003 colocamos isso lá e agora até tem um dos  
1053 convênios, um dos municípios que está contemplado por um projeto da  
1054 Secretaria de Obras, com recurso da Espanha, se não estou enganada, para  
1055 diagnóstico dos pequenos municípios, até cinco mil habitantes. Inclusive,  
1056 estamos tentando reverter, rever esse convênio, é um recurso pequeno, mas  
1057 com certeza o Estado não vai fazer duas vezes a mesma coisa. **Sra.**  
1058 **Kaáthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Queria saber qual a pessoa que  
1059 está coordenando, porque tu foste apresentada como uma técnica e não  
1060 como a coordenadora do projeto. Gostaria de saber quem, pessoa, coordena.  
1061 Queria saber a estrutura atual do programa, com quantas pessoas contam.

1062 Nós temos lá nos Amigos da Terra alguns estudos em inglês que foram feitos  
1063 pelos japoneses. Queria saber-se esses estudos já estão traduzidos e se não  
1064 estão quando vão ser, porque não adianta ter estudo e ninguém consegue,  
1065 porque a maioria das pessoas não conseguem ter acesso. Sra. Maria  
1066 Elisabete Oliveira: Então, respondendo o primeiro ponto da questão: eu  
1067 coloquei a composição do programa, o organograma do programa e lá estava  
1068 a Secretaria Executiva do programa. No quadro funcional do Estado não  
1069 consta o cargo de Secretário Executivo do Pró-Mar-de-Dentro por conta  
1070 dessa situação legal, digamos assim. A coordenação do programa é  
1071 respondida hoje, formalmente, está sendo suprida pelo Diretor Geral, o  
1072 Secretário Substituto da SEMA, o Dr. Luiz Paulo Cunha. Formalmente está  
1073 instituído como coordenador do programa. A segunda pergunta com relação  
1074 à estrutura do programa é exatamente a mesma de quando veio do  
1075 Planejamento para a SEMA hoje, ainda é a mesma. O programa no  
1076 Planejamento contava com três cargos de coordenação e mais, talvez o  
1077 Soler me ajude nisso, mas éramos três técnicos em planejamento, dois  
1078 técnicos científicos, duas tradutoras, porque era técnico científico do Estado,  
1079 uma secretária, um adido, que é a minha situação e mais um ou dois  
1080 estagiários. Não vou relatar aqui para vocês, acho que não é o caso, mas as  
1081 situações que aconteceram na época foram desde ordem pessoal até  
1082 funcional, até dificuldades de estágio probatório, etc.. E quem veio para o  
1083 Mar-de-Dentro é adido do Mar-de-Dentro, é a Maria Elisabete que vos fala. O  
1084 programa pretende ser o que eu coloquei aqui para ti. Membros do programa  
1085 a gente tem também, trabalha com estagiários, mas hoje, na Secretaria,  
1086 trabalha-se com a estrutura toda da SEMA, ou seja, toda a parte jurídica,  
1087 financeira e até mesmo de assessoria técnica é prestada dentro do possível  
1088 e para o programa. Entretanto, estrutura própria do programa é exatamente  
1089 essa. A terceira pergunta, quando a gente fala ali de validação dos estudos  
1090 da Jaica, que é uma das metas desse convênio, uma das atividades para  
1091 atingir essa meta é exatamente a tradução. Outra, a validação se fará de  
1092 forma participativa. Então, essa é a única parte do convênio que ainda está  
1093 sendo desenhada, como e quanto custam as atividades que precisamos  
1094 fazer, uma delas é a tradição e a outra disponibilizar às Entidades o  
1095 documento em português. Sr. Antônio Carlos Porciúncula Soler: Boa-  
1096 tarde. Primeiro, gostaria de parabenizar, Bete, pela tua apresentação, que  
1097 nos trouxe uma série de elementos que tenho certeza que para o Conselho  
1098 são elementos novos que nos permite um melhor acompanhamento, um  
1099 melhor conhecimento sobre como programa está hoje. E esse era o motivo  
1100 principal desse momento, tentando responder um pouco o teu comentário

1101que tu fizeste no início da apresentação, sobre como esse histórico se  
1102desenvolveu e porque a apresentação do programa. O Conselho já recebeu  
1103a apresentação do Pró-Guaíba, uma situação mais ou menos semelhante a  
1104essa, e não só por isso, mas também porque a pedido do CEA gostaríamos  
1105de ter um elo aberto de discussão e debate sobre o programa. Então, o CEA  
1106solicitou essa apresentação, que foi aprovada pelo Plenário, por  
1107unanimidade, por isso estamos aqui hoje conversando e trocando essas  
1108idéias. Então, as considerações que eu gostaria de fazer transcendem a  
1109esfera técnica. Gostaria muito que a gente pudesse contar aqui com o  
1110coordenador do programa para que a gente pudesse fazer um debate além  
1111do técnico, que sob o ponto de vista técnico não há absolutamente nenhum  
1112reparo a fazer na tua apresentação, está na de acordo com as expectativas.  
1113Agora, há questões que gostaríamos de tratar sob ponto de vista técnicos,  
1114até posso colocar aqui para ti, e se tu tiveres condições de comentar peço  
1115que comente, se não tiver vou entender perfeitamente. Depois, em uma outra  
1116oportunidade podemos contar, quem sabe, com a presença do coordenador  
1117do programa para que esse debate possa ir além de uma análise técnica só  
1118do processo, que é importante, mas também sabemos que se não tiver um  
1119debate político, se não houver essa luta, que é traduzida pelas ações do  
1120início do programa, ou que é traduzida na votação dessa manifestação  
1121popular que tu citas, o processo de participação popular desse atual  
1122Governo. Então, se não acontece momentos como esse a gente corre o risco  
1123de que o programa não tenha energia necessária, ou a estrutura necessária,  
1124o recurso necessário para a sua continuidade, que a gente sabe e viu muito  
1125bem pela tua apresentação que é fundamental para a região. Não só pelo  
1126aspecto ambiental e social, mas também por um aspecto de ausência de  
1127políticas públicas nesse sentido na região. Então, o orçamento deste ano  
1128qual é do programa? **Sra. Maria Elisabete Oliveira:** De 2005 o orçamento foi  
1129aprovado agora. **Sr. Antônio Carlos Porciúncula Soler:** Não, este que  
1130estamos, 2004, O PPA são quatro milhões. **Sra. Maria Elisabete Oliveira:** O  
1131Plano Plurianual é para quatro anos, 2004 a 2007, está previsto no total das  
1132ações do programa R\$ 4.160.000,00. Com a ressalva de que a cada final de  
1133ano. Então, agora, 2004 desencadeia-se uma avaliação do PPA e pode  
1134mudar esse panorama, para que lado não sei te dizer, mas pode alterar.  
1135Quanto ao orçamento, o orçamento para o Pró-Mar-de-Dentro do ano de  
11362004 tinha de recursos orçamentários R\$ 438.764,00, de recursos da  
1137consulta popular R\$ 140.000,00, de recursos não orçamentários, recursos  
1138que estão contemplados no orçamento, mas que deveriam vir de fontes  
1139externas R\$ 625.000,00. E de recursos da consulta popular também, só que

1140 não alocados no programa, mas executados hoje pelo programa, R\$  
1141 190.858,00. Isso, então, totaliza da seguinte maneira: R\$ 330.00,00 consulta  
1142 popular, R\$ 440.000,00 orçamento, tirando fora o recurso externo. Não sei se  
1143 te respondi. **Sr. Antônio Carlos Porciúncula Soler:** Esses dados estão  
1144 naquela tabela que tu apresentas? **Sra. Maria Elisabete Oliveira:** Estão. **Sr.**  
1145 **Antônio Carlos Porciúncula Soler:** E essa apresentação será  
1146 disponibilizada havendo interesse para nós? **Sra. Maria Elisabete Oliveira:**  
1147 Havendo o interesse sim, desde que faça um ofício e poderão ser  
1148 disponibilizados os dados. A apresentação propriedade dita tem um formato  
1149 que possivelmente não vai ser disponibilizada dessa forma, mas os dados  
1150 com certeza. **Sr. Antônio Carlos Porciúncula Soler:** Então, como tu  
1151 disseste, hoje, aqueles convênios que existiam ainda na época da Secretaria  
1152 de Coordenação e Planejamento foram todos concluídos ou ainda existem  
1153 convênios ainda por concluir? **Sra. Maria Elisabete Oliveira:** Alguns  
1154 convênios daquela época não obtiveram o resultado esperado, alguns foram  
1155 extintos por decursos de prazos, sem execução de ações. Embora com  
1156 recurso repassado, alguns tiveram recurso repassado, por isso nessa mesma  
1157 planilha tu acabas verificando lá a despesa empenhada, e não tem aqui na  
1158 planilha, mas poderia ter efetivamente executada. Como o objetivo era muito  
1159 mais do porte para o programa, do que efetivamente o programa fez no  
1160 passado, mas quando tu olhas a planilha pode ver parte dos recursos,  
1161 inclusive, foi devolvido por inexecução. Não vou extrapolar a tua pergunta,  
1162 dizer que havia problemas de ordem do Estado com relação à atraso de  
1163 repasse, mas havia também um desatrelamento de um objetivo maior, de um  
1164 planejamento maior nas ações que foram pontuais. Foram firmados  
1165 convênios muito estanques e muito pontuais sem estarem entediados, não  
1166 tinha o próximo passo, não sabia a que ia servir, e por conta disso havia uma  
1167 desmobilização sim das instituições nesse sentido de executar. Então, só  
1168 para não te dizer, tão simplesmente, que foram concluídos uma boa parte,  
1169 uma parte foi concluída, a outra parte foi aditada e ainda está em execução  
1170 com resultados já acontecendo, pelo menos em termos de relatórios que se  
1171 previa que fosse feito. E alguns, Soler, ainda estamos apagando o incêndio  
1172 até hoje aqui, nasceram tanto quanto deformados nos seus objetivos, no  
1173 recurso que não era nem mesmo proporcional ao que se propunha fazer. E  
1174 até hoje ainda estamos apagando alguns incêndios, mas nenhum deles foi  
1175 abortado, ou seja, não houve em nenhum momento, desde que o programa  
1176 está aqui na SEMA, de 2001 até hoje, em que algum convênio fosse por  
1177 qualquer outro motivo extinto ou abortado, ou que a situação fosse impedida  
1178 de ter continuidade. **Sr. Antônio Carlos Porciúncula Soler:** Outra questão

1179que também havia, debatia-se dentro das propostas de organização do  
1180programa, era o escritório regional. Como está esse debate hoje? **Sra. Maria**  
1181**Elisabete Oliveira:** No ano de 2002 chegou a ser criado, tudo isso não  
1182legalmente, na prática foi instalado um escritório regional em Rio Grande e  
1183um de apoio em Pelotas. O de Rio Grande funcionava junto à  
1184Superintendência do porto e o de Pelotas junto ao DEFAP e à FEPAM. No  
1185final de 2002, tanto um quanto o outro já pouco se executavam, e no início de  
11862003, simplesmente, foram não os escritórios desativados, contaram cada  
1187um deles com um estagiário. Então, era uma estrutura que realmente não  
1188leva a nada e ninguém a lugar nenhum, ter um escritório em Rio Grande, na  
1189Superintendência do porto com um estagiário, e um de apoio em Pelotas com  
1190outro estagiário. Já o de Rio Grande na época, no final de 2002, o estagiário  
1191tinha saído e não tinha até mesmo material, algum material bibliográfico que  
1192lá estava, enfim. Então, essa foi uma realidade. Agora, o objetivo de ter uma  
1193região representatividade, de ter quem sabe no futuro até um escritório, isso  
1194não está posto nesse momento, porque o programa tem que se redesenhar,  
1195mas, digamos assim, não foi tirado de pauta por não ser um dos objetivos do  
1196programa ter representação, ou por meio de um escritório, ou de outra forma  
1197na região. Haja vista que a própria Secretaria hoje tem, a tendência é ter  
1198mais, tem DEFAP, tem a FEPAM a regional, e o programa por ser para a  
1199região, indiscutivelmente, teria que ter ou um, ou dois, quantos fossem  
1200necessários. Só que com a estrutura que está posta hoje não há como se  
1201criar um escritório em Rio Grande se não tem uma estrutura mínima nem  
1202mesmo aqui na Coordenação do programa. Essa é a situação de fato. **Sr.**  
1203**Antônio Carlos Porciúncula Soler:** Uma última pergunta, então, sobre esse  
1204protocolo de intenções da APA das lagoas, como está sendo desenvolvido  
1205esse protocolo? **Sra. Maria Elisabete Oliveira:** O protocolo firmado em 2002,  
1206durante a Semana Interamericana da Água visava desenvolver, por que se  
1207faz um protocolo de intenções? Porque entro dele se quer acabar  
1208desencadeando ações que vão ser formalizadas por outros tipos de  
1209instrumentos, e aí sim com aporte de recursos. O que se objetivava era fazer  
1210convênio para que se pudesse desenvolver um estudo com relação a essa  
1211região, que ali se usa, está ali embaixo a fonte, o mapa do projeto de lei  
1212encaminhado pela Deputada Cecília Hypólito. Um estudo daquela região com  
1213relação a que vocação ela tem, qual o tipo de unidade que poderia ser, se  
1214aqui seria uma APA, várias APAs, se seriam unidades municipais. Esse era o  
1215objetivo, desenvolver um estudo, e tem uma série de metas, não tenho aqui  
1216todas presentes, mas posso-te repassar até onde foi desenvolvido. Houve  
1217ainda em 2002 um início de negociação com a Universidade Católica para

1218 que se fizesse esse convênio e se realizasse as ações. Não vingou por uma  
1219 série de questões lá da própria instituição e se passou a estudar junto com a  
1220 Fundação Zoobotânica do Estado. Também na mudança de Governo ainda  
1221 não havia sido firmado o convênio, e bem aparece na planilha de orçamento  
1222 que eu mostrei que 2003 foi um ano duro, tal qual 2001, também foi para o  
1223 programa, que tinha uma previsão em 2001, uma previsão orçamentária de  
1224 R\$ 1.317.000,00 e acabou tendo autorizado R\$ 10.783,00. E que no ano de  
1225 2003 tinha uma previsão orçamentária de R\$ 859.300,00 e que acabou  
1226 sendo autorizado R\$ 39.811,00, exatamente para cumprir dois convênios.  
1227 Então, dada essa situação, especialmente financeira, todos os convênios  
1228 antigos foram saldados, foram honrados, nenhum novo, pelo menos nesse  
1229 primeiro momento, em 2003, foi firmado. E o APA das lagoas estava nesse  
1230 contexto. Com relação ao ponto de vista da discussão e da intenção da  
1231 Fundação Zoobotânica de continuar desenvolvendo esse estudo, ainda em  
1232 2003 teve alguns momentos de reunião com eles, e havia sim a intenção de  
1233 fazer o estudo, por isso que ele não desapareceu daqui da nossa  
1234 apresentação. Porém, há um projeto maior, em nível estadual, e que envolve,  
1235 inclusive, aquela região da APA. Então, hoje os estudos da APA, mais cedo  
1236 eu conversava com a Luiza Chamenco, da Fundação Zoobotânica, que é  
1237 quem virá coordenar pela Fundação esse projeto, e ainda trazia ela  
1238 exatamente essa questão: estou lá levando, vou mostrar a APA de novo,  
1239 continua sendo um dos nossos objetivos, como está ela? Eu disse: se não for  
1240 pelo instrumento ou como se pensava em fazer no passado, será dentro do  
1241 Projeto Biodiversidade. Então, não está morto. Aí, desculpa aproveitar a tua  
1242 pergunta, esse é um dos caráter, Soler, que a gente tem marcado e  
1243 defendido muito no programa e para o programa. O programa não mais como  
1244 o agente tão-somente, mas como um costurador, um articulador. Então, se  
1245 há um recurso vindo o Governo do Estado, ou melhor, inclusive, esse recurso  
1246 é banco mundial, para aportar na região do Mar-de-Dentro, então, vamos lá  
1247 mostrar para quem está desenvolvendo esse projeto quais os projetos que o  
1248 programa puxa da região, e um deles é o APA das lagoas. Ele com certeza  
1249 está lá e uma das forças é o próprio Mar-de-Dentro que tem feito. Então,  
1250 esse é um novo caráter. Eu não vou aportar diretamente o recurso, o recurso  
1251 vai passar, digamos assim, pelo orçamento do Pró-Mar-de-Dentro, mas tem a  
1252 costura e a participação. Então, esse é o caráter de política. **Sr. Antônio**  
1253 **Carlos Porciúncula Soler:** A questão do fomento e a cooperação entre as  
1254 instituições é um ponto importante, e sabemos que isso já foi trabalhado há  
1255 certo tempo e temos que intensificar isso, com certeza. Pela apresentação  
1256 que tu fazes chego a uma conclusão, não sei se os demais Conselheiros

1257 também, que existe uma certa retração hoje no programa, em várias áreas,  
1258 em vários objetivos e em vários projetos. Também se percebe um esforço de  
1259 retomada, de revitalização, como é colocado aí, do programa, e esse esforço  
1260 hoje me parece que está, aproveitando a pergunta da Káthia, muito  
1261 concentrado em ti, porque me parece que o programa está reduzido em  
1262 termos de pessoal a quase que exclusivamente a tu, que és uma técnica  
1263 cedida da Prefeitura Municipal de Pelotas. Ou seja, se a Prefeitura Municipal  
1264 de Pelotas não mantém essa cedência o programa vai ter que procurar  
1265 outras pessoa com o mesmo grau de esforço, ou maior que o teu para dar  
1266 continuidade aos trabalhos. Então, por sim, para encerrar, queria registrar  
1267 isso, dizer da preocupação com relação a essa continuidade do programa, e  
1268 oferecer a cooperação necessária para que esse esforço possa realmente  
1269 atingir o objetivo ou recomeçar um trabalho, é que teve esse retração, pelo  
1270 que apresentam os dados. E dizer também que já deixamos o interesse em  
1271 receber esses dados, essas informações que tu apresentaste, e essas outras  
1272 que discutimos aqui. Também gostaria, uma pergunta final, saber qual a  
1273 previsão para que essa revitalização aconteça, para que a gente possa ver o  
1274 programa com mais pessoas trabalhando junto contigo, essa revitalização  
1275 para ver o orçamento empenhado e executado? Enfim, qual a previsão que  
1276 temos para esse trabalho recomeçar com uma força e com uma intensidade  
1277 com um grau maior do que hoje estamos verificando a partir dessa  
1278 apresentação que tu fizeste? E agradecer pela apresentação, que com  
1279 certeza, volto a dizer, sob ponto de vista técnico não há nenhuma  
1280 recomendação, não há nenhuma dúvida, não há nenhum senão, o único  
1281 debate que eu acho que ficou um pouco prejudicado é o debate político com  
1282 relação à gestão política do programa, que, infelizmente, precisaremos ter  
1283 aqui um representante político do Programa para fazer esse debate. **Sra.**  
1284 **Maria Elisabete Oliveira:** Agradeço as tuas palavras, Soler, no sentido do  
1285 que se tentou apresentar e das propostas que se tem desenhadas. Eu diria  
1286 que a cooperação é mais do que importante, é fundamental. A despeito  
1287 dessa questão estrutural e dos questionamentos políticos que tu gostarias de  
1288 ter respondidos, e que com certeza não estou apta a fazê-los, toda essa  
1289 questão que está colocada do programa terá com certeza continuidade se  
1290 houver, efetivamente, essa cooperação. Além das questões, como eu disse,  
1291 que não posso-te responder, realmente não tenho ao meu alcance, mas do  
1292 ponto de vista de se tornar exequível, o que está hoje planejado para o Mar-  
1293 de-Dentro, é alicerçado na atuação das Entidades regionais, das Entidades  
1294 que estão na região, e além disso no carreamento de alguns recursos e  
1295 ações vindos de outros projetos, como é o caso que tem-se tentado fazer a

1296 costura com recursos vindos da consulta popular e outros até bem maiores.  
1297 Vislumbra-se também trabalhos conjuntos com o GERCO da FEPAM, com o  
1298 SIGA, com o próprio PMNA, e aqui elencaria uma série de projetos que vocês  
1299 conhecem a vertente que têm, e se não conhecem verão, porque tem com  
1300 certeza elementos para a região. Para concluir, respondendo a tua última  
1301 colocação de prazo para ver isso acontecer, tivemos bem recentemente,  
1302 porque toda essa discussão e esses encaminhamentos junto com a FURG  
1303 vêm acontecendo, em um período bem recente agora, e tivemos um aceno  
1304 já, duas reuniões acontecidas em Rio Grande, uma de caráter técnico e outra  
1305 de caráter político, com a presença do Reitor da FURG, do Secretário. E  
1306 ainda muito recentemente, antes mesmo de vir para cá eu perguntava a ele  
1307 se eu poderia colocar como efetivamente fato que esse recurso do novo  
1308 convênio ainda não está empenhado, porque todos os demais estão. Essa é  
1309 uma questão, os recursos são pequenos, mas vêm sendo empenhados e  
1310 executados com as ações que estão sendo realizadas. E a garantia dele foi  
1311 de que sim, é um recurso bastante pequeno, mas é o que vai desencadear  
1312 esse processo todo, o prazo previsto ali é de aproximadamente dois anos  
1313 nesse projeto, nessa primeira etapa. Aí lembro, não sei se a lembrança é  
1314 muito plausível ou não, mas que o Pró-Guaíba levou, se não me engano,  
1315 doze anos de estudo, até ter a forma que tomou, um diferencial grande que  
1316 tem o Mar-de-Dentro e que não se alicerça, não está-se alicerçando, até  
1317 porque não é possível fazê-lo nesse momento em um grande recurso, ou em  
1318 grandes obras e sim em um plano maior de curto, médio e longo prazo para  
1319 execução. E a garantia que eu tive do Secretário é que sim, que esse start  
1320 está dado, será dado e que vamos tentar cumprir aquele cronograma.  
1321 Evidentemente, há requisitos de pressupostos e um deles é a estruturação  
1322 do programa. Sr. Presidente: A Presidência do CONSEMA agradece  
1323 parabenizando-a pela apresentação, uma bela apresentação do Programa  
1324 Pró-Mar-de-Dentro. E passamos ao último item da nossa pauta, submetendo  
1325 aos Srs. Conselheiros se há alguma manifestação dentro de Assuntos  
1326 Gerais. 5. Assuntos Gerais. Sra. Edi Xavier Fonseca: Sei que não há  
1327 quorum para a solicitação que estamos fazendo, vamos oficiá-la à  
1328 Presidência do CONSEMA. Falo aqui em nome das ONGs presentes, do  
1329 CEA, Movimento Roessler, NATE e AGAPAN, solicitando uma reunião  
1330 extraordinária deste Conselho com a seguinte pauta: SEMA, sua extinção, ou  
1331 a sua solicitação de extinção por parte não só da SEMA, mas de outras  
1332 secretarias, por parte do Dep. Giovani Querini, que quer extinguir nove  
1333 secretarias do Estado. Então, gostaríamos que estivesse presente,  
1334 impreterivelmente, a essa reunião, senão, não vai ter sentido se não estiver

1335 presente o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul,  
1336 que se marque uma data na qual o Secretário possa, efetivamente, estar  
1337 presente. E o proponente dessa proposta, que é o Deputado Estadual, a  
1338 título de convite, porque não podemos obrigá-lo a estar presente e sim o  
1339 Secretário de Meio Ambiente. Um convite ao Deputado Estadual Giovani  
1340 Querine. **Sra. Mariangela Correa Laydner:** Presidente, vimos uma  
1341 apresentação aqui há um tempo do Pró-Guaíba, vimos hoje uma  
1342 apresentação do Pró-Mar-de-Dentro e vimos também uma do Pró-Uruguai.  
1343 Eles têm modelagens completamente diferentes e não consegui ver um link.  
1344 O Pró-Guaíba, pelo tempo que tem, está um pouco mais a frente, tem todo  
1345 um processamento de geoprocessamento. Acho que era interessante para  
1346 este Conselho termos um link entre esses três programas, como eles andam,  
1347 como está a gestão conjunta desses três. Posso estar enganada, mas me  
1348 parece que andam separados, não sei se é isso, mas é o que parece para  
1349 quem está de fora. Então, não sei exatamente a quem perguntar isso, a  
1350 quem devemos encaminhar essa solicitação, mas acho isso extremamente  
1351 importante, pelo menos para termos objetivos comuns, uma modelagem  
1352 comum, e não reinventarmos a roda e não tropeçar nos mesmos problemas  
1353 que o Pró-Guaíba teve, tem todo um aprendizado. Então, essa é a minha  
1354 sugestão, que a gente faça um link, acho que poderemos começar a partir do  
1355 Secretário de Meio Ambiente, já que os três programas acho que estão aqui  
1356 dentro. Há um que está na SOPS, o Pró-Uruguai está na SOPS, mas é como  
1357 se estivesse aqui, porque a SOPS e SEMA têm um trabalho, são parceiras.  
1358 Então, solicito isso, que tenhamos um link, que vejamos qual é o elo comum  
1359 entre esses três programas, que são três grandes programas e três  
1360 programas importantes, os programas de desenvolvimento socioeconômico e  
1361 ambiental das três reuniões hidrográficas do Estado. Muito obrigada. **Sr.**  
1362 **Presidente:** Está registrado, Conselheira, vamos providenciar. **Sra. Kaátia**  
1363 **Maria Vasconcellos Monteiro:** Só queria reforçar a solicitação de pauta que  
1364 a AGAPAN fez, porque acreditamos que nesse momento o assunto mais  
1365 importante é essa reforma administrativa que foi vinculada nos jornais, onde  
1366 trata da extinção da SEMA e a transformação da FEPAM em uma agência  
1367 ambiental. E gostaríamos de acompanhar esse assunto desde o início, para  
1368 que possamos realmente influenciar e não quando já tiver tudo decidido e  
1369 sair brigando, como muitas vezes temos feito. Então, é fundamental essa  
1370 reunião extraordinária o mais breve possível. **Sr. Presidente:** Srs.  
1371 Conselheiros, alguma manifestação? Então, resta tão-somente agradecer a  
1372 presença de todos, dando por encerrada a nossa reunião ordinária do  
1373 CONSEMA. Muito obrigado, um bom final de tarde a todos. Boa-tarde,

1374 ~~senhoras e senhores. É um prazer estar aqui em nome do Prof. Cláudio~~  
1375 ~~Dilda, Presidente do CONSEMA, representando e dirigindo os trabalhos, já~~  
1376 ~~que o Dr. Cláudio está de férias. Vamos primeiro às comunicações que foram~~  
1377 ~~efetivadas junto à Secretaria Executiva do CONSEMA. Nós recebemos Ofício~~  
1378 ~~n.º 07/2004, da UNE, que comunica que a Representante Titular da~~  
1379 ~~Instituição Universitária Privada, junto ao CONSEMA, Sra. Elisabete Zamin,~~  
1380 ~~está em impossibilidade de participar desta reunião por encontrar-se em~~  
1381 ~~férias. Recebemos o Ofício 09/2004, da NATE, informando a impossibilidade~~  
1382 ~~de seus representantes, Sra. Lúcia Ortis e Káthia Vasconcellos Monteiro, de~~  
1383 ~~participarem desta reunião, em razão da Titular encontrar-se em licença~~  
1384 ~~maternidade e a Suplente estar em Criciúma para participar da Audiência~~  
1385 ~~Pública para instalação de termoeletrica carvão naquela região. O Programa~~  
1386 ~~Energia é uma das prioridades da Entidade, sendo o programa contra o uso~~  
1387 ~~do carvão mineral a principal prioridade. O Núcleo Amigos da Terra estará~~  
1388 ~~representado pela Geóloga Nely Brown. Ofício NATE, encaminhando o~~  
1389 ~~CONSEMA correspondência que trata do licenciamento ambiental da Rota do~~  
1390 ~~Sol. Ofício do Representante Titular da Instituição Universitária Pública, Sr.~~  
1391 ~~Sérgio Luís de Carvalho Leite, justificando sua ausência, bem como a de sua~~  
1392 ~~Suplente, Sra. Maria Teresa Raia Rodrigues, nesta reunião, em razão de~~  
1393 ~~estarem de férias nesta data. Ofício da Sociedade de Engenharia do Rio~~  
1394 ~~Grande do Sul, comunicando a impossibilidade da participação e sua~~  
1395 ~~representação nesta reunião, em razão de férias do Titular e Suplente neste~~  
1396 ~~período. Um convite: a Secretaria Estadual do Meio Ambiente — SEMA,~~  
1397 ~~comunica a realização do Seminário de Capacitação para Assessor Jurídico~~  
1398 ~~Municipais para o Licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local.~~  
1399 ~~Ocorrerá dentro das atividades do Projeto SIGA/RS, no dia 10-03-04, às 13~~  
1400 ~~horas, no Auditório do Centro Administrativo, situado à Av. Borges, n.º 1.501.~~  
1401 ~~Temos o ofício do SERMA, que vou lê-lo. O Comitês Estadual da Reserva da~~  
1402 ~~Biosfera da Mata Atlântica, no Rio Grande do Sul, em correspondência~~  
1403 ~~datado de 30-01-04, que leva o número Ofício SERMA 07/04, diz o seguinte,~~  
1404 ~~dirigido ao Sr. Presidente do CONSEMA: Prezado Sr. Presidente, o Comitê~~  
1405 ~~Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e o Conselho Estadual do~~  
1406 ~~Meio Ambiente tem trabalhado em consonância nos assuntos referente à~~  
1407 ~~reserva da biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, procurando~~  
1408 ~~encontrar e promover a relação harmônica entre os seres humanos e a~~  
1409 ~~natureza. Atendendo ao que estabelece ao CONSEMA n.º 01/97, e a Lei~~  
1410 ~~Federal n.º 9.985/00, e o Decreto Federal 4.340/02, o SERMA tem reavaliado~~  
1411 ~~critérios alguns assuntos que afetam a RBMA, e buscado propor e~~  
1412 ~~subsidiar decisões da sociedade, dos governos e das diversas instâncias de~~

1413 Sistema Estadual do Meio Ambiente. Recentemente, em reunião realizada  
1414 entre a Presidência do SERMA e as Diretorias do DEFAP, e da DUC/DEFAP,  
1415 acordamos que seria muito positivo avaliar e discutir a nova proposta de  
1416 alterações, de limites e recategorização do Parque Estadual Delta do Jacuíf  
1417 no âmbito do SERMA. Pois trata-se de uma zona núcleo da Reserva da  
1418 Biosfera da Mata Atlântica. Dentro do acordado solicitamos ao DEFAP que  
1419 submeta a proposta de alterações ao SERMA, que prontamente será  
1420 avaliado por seu grupo de trabalho sobre unidade de conservação, e discuta  
1421 com profundidade na primeira reunião ordinária do SERMA após o  
1422 recebimento da proposta. Nesse sentido viemos solicitar ao CONSEMA que  
1423 aguarde a tramitação desse assunto no âmbito do SERMA antes de realizar  
1424 qualquer deliberação sobre o mesmo. Temos certeza que nas considerações  
1425 oriundas de integração técnica altamente qualificada entre as instituições do  
1426 Rio Grande do Sul, que atuam na Mata Atlântica, trarão grandes subsídios ao  
1427 processo. Atenciosamente, Alexandre Frota – Presidente do SERMA. Nós  
1428 recebemos agora na reunião mais três comunicações, do IBAMA, ofício  
1429 datado de 18-02: Sr. Presidente, comunicamos que não poderemos participar  
1430 da reunião do CONSEMA no dia 19, às 14 horas, devido ao fato que  
1431 estaremos participando de importante reunião com representante do  
1432 Ministério do Meio ambiente. No entanto, para contribuir para as discussões  
1433 que serão realizadas, técnicos do núcleo de educação ambiental do IBAMA  
1434 representarão este Instituto. Atenciosamente, Cecília Hipólito Gerente  
1435 Executiva do IBAMA/RS. Os dois técnicos estão presentes. Da Secretaria de  
1436 Cultura, um ofício datado de 18-02: Viemos por meio deste informar a Vossa  
1437 Senhora a substituição do Conselheiro Ivan Santos pela servidora Marilene  
1438 Franco, que representará esta pasta no Conselho Estadual do Meio  
1439 Ambiente – CONSEMA. Cordialmente, Dr. Manoel Cláudio Rodrigues de  
1440 Borba – Diretor Administrativo da Secretaria de cultura. Ofício da Secretaria  
1441 de Obras e saneamento, datado de 18-02-04: Sr. Presidente do CONSEMA,  
1442 ao cumprimentá-lo cordialmente vimos acusar o recebimento do convite para  
1443 a Sexagésima Primeira Reunião Ordinária do CONSEMA, porém, na  
1444 oportunidade estarei impedido de comparecer. Contudo me farei representar  
1445 na reunião por meio do Sr. Ronaldo Nery. Sendo no que tinha no momento,  
1446 reiteramos nossos votos de estima e consideração, atenciosamente, Sr.  
1447 Frederico Antunes – Secretário de Obras Públicas e Saneamento. Eram  
1448 essas as considerações iniciais. Vamos imediatamente ao item um da pauta.  
1449 1. Aprovação da Ata da 60ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Abro a palavra  
1450 aos Conselheiros se há alguma manifestação com relação a Ata da 60ª  
1451 Reunião Ordinária do Conselho de Meio Ambiente. Alguns dos Conselheiros

1452 ~~têm alguma manifestação com relação a Ata da 60ª Reunião? Considerada~~  
1453 ~~aprovada, por unanimidade, deste Conselho. Vou submeter ao Conselho dois~~  
1454 ~~assuntos: tivemos um problema importante ontem com relação a mineração~~  
1455 ~~de areia no Estado e precisamos criar uma Câmara Técnica especial para~~  
1456 ~~esse assunto. Eu precisaria tratar desse assunto enquanto há quorum. É~~  
1457 ~~rápido, mas se eu deixar para Assuntos Gerais tenho medo de não ter~~  
1458 ~~quorum para criar essa câmara. E o Conselheiro Bugin está solicitando, seria~~  
1459 ~~o terceiro item de pauta, a Proposta de Decreto para instituir o Ano de 2004~~  
1460 ~~como Ano Estadual das Águas, que é um dos Conselheiros que precisa sair~~  
1461 ~~mais cedo. Então, submeto aos Srs. Conselheiros se é possível incluir na~~  
1462 ~~pauta o item de criação de uma câmara especial e trazer o quinto item da~~  
1463 ~~pauta como terceiro da pauta. Alguém se manifesta contra? Aprovada a~~  
1464 ~~inversão e inclusão da pauta. Senhores, tivemos ontem uma reunião com o~~  
1465 ~~Ministério Público Federal aqui na FEPAM, o Poder Judiciário publicou e~~  
1466 ~~suspendeu as licenças dadas pelo DNPM, aqui no rio Guaíba, nesse trecho~~  
1467 ~~aqui. E com isso houve a suspensão das licenças ambientais, as nossas~~  
1468 ~~licenças ambientais são atreladas à licença do DNPM. Os mineradores em~~  
1469 ~~função da decisão judicial entraram com um pedido de licenciamento por~~  
1470 ~~meio de um instrumento chamado guia e utilização. A FEPAM fez uma~~  
1471 ~~verificação nesse assunto com relação a como licenciar com guias de~~  
1472 ~~utilização e vimos que estamos sem rito administrativo para poder licenciar~~  
1473 ~~por meio desse instrumento. Esse rito administrativo é mais corretamente~~  
1474 ~~dado por uma resolução aprovada por este Conselho. Como não podemos~~  
1475 ~~paralisar por muito tempo a mineração de areia no rio, em função das~~  
1476 ~~implicações relativas à construção civil na Grande Porto Alegre, estamos~~  
1477 ~~solicitando aos Conselheiros, e podemos esclarecer melhor o assunto,~~  
1478 ~~solicitamos ao Conselho a criação de uma câmara temporária para~~  
1479 ~~normatização do licenciamento ambiental de extração de areia com uso~~  
1480 ~~imediato na construção civil. Eu coloco em aberto a palavra aos Srs.~~  
1481 ~~Conselheiros. Sr. Alexandre Bugin: Uma pergunta Presidente: existe uma~~  
1482 ~~necessidade de criar uma Câmara Técnica, ou de repente poderia ser~~  
1483 ~~trabalhado dentro da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos? Sr. Presidente:~~  
1484 ~~Não. Trata-se de criar um rito de licenciamento, tipo as resoluções que tu~~  
1485 ~~conheces, 09 e 10 do CONSEMA que caíram com a nova legislação mineral.~~  
1486 ~~Então, necessita-se criar um rito de licenciamento. É óbvio que essa~~  
1487 ~~resolução depois teria que dar uma passada pela Câmara Técnica de~~  
1488 ~~Assuntos Jurídicos, para ver se não há nenhuma anormalidade jurídica; mas~~  
1489 ~~vemos que ela poderia até ir para a Câmara Técnica de Controle de~~  
1490 ~~Qualidade, mas se mandarmos para essa câmara já outros lá, e isso não~~

1491 teria agilidade necessária que o setor necessita, e que a FEPAM necessita.  
1492 Nós estamos com dezoito processos parados, inclusive sujeitos, senão  
1493 dermos uma resposta, talvez os dezoitos empreendedores procurar o Poder  
1494 Judiciário, e aí sim começar a operar sem regras ambientais, enquanto o  
1495 órgão ambiental não se decide. Então, para nós seria muito mais interessante  
1496 a criação dessa câmara para tratar especificamente desse assunto. Sr.  
1497 Florivaldo Pereira Damasceno: Eu acredito, para que todos saibam, foi  
1498 noticiado em 23-10, do ano passado, onde nós pessoalmente fizemos a  
1499 apreensão de quatro dragas, à noite, minerando no Delta, dentre as quais  
1500 três foram conduzidas ao cais do porto. E um dos problemas que temos hoje  
1501 é essa extração clandestina e ilegal, eu já nem considero irregular, considero  
1502 mais clandestina, onde esses extratores de areia têm procurado burlar todos  
1503 os, inclusive usando até licenças, não vou dizer falsificadas, mas com uma  
1504 série de erros. Então, gostaria de esclarecer que na nossa fiscalização, em  
1505 conjunto com a própria FEPAM, com o próprio DNPM, sentimos uma grande  
1506 dificuldade, principalmente no setor do Guaíba, que já faz mais de trinta dias,  
1507 que saiu essa solução do judiciário. Então, saiu essa solução judiciária e nós  
1508 do Batalhão estávamos esperando para intensificar a fiscalização e não  
1509 permitir mais a extração de areia no lago. Entretanto, com essa tua proposta,  
1510 Mauro, da qual somos inteiramente a favor, desde já nos inscrevemos para  
1511 participar efetivamente desse trabalho, tem a haver regras bem claras. Acho  
1512 que temos que mostrar para esses possíveis de licenciamentos, ou dessas  
1513 Entidades que estão extraindo essa areia de forma até clandestina, que  
1514 muitas vezes eles não têm o conhecimento, ou têm e fazem de propósito  
1515 com seus técnicos, e fazem da forma mais bruta de graduação que temos no  
1516 Delta e nos locais inclusive onde estão sendo licenciados. Para finalizar, só  
1517 para dar um exemplo, em um domingo, à tarde, um pouco abaixo de Gen.  
1518 Câmara, às três horas da tarde, eu pessoalmente abordei uma draga que  
1519 estava minerando quando avistei há cinco metros da barranca. E naquele  
1520 momento que nos avistou não tivemos como flagrar que ele estava dragando.  
1521 Começou a andar e quando chegamos há estava há cinquenta metros da  
1522 barranca. Então, acho que temos que ter regras mais severas, e a parte  
1523 administrativa carecemos de regramento. Esse é um grande problema que  
1524 temos e a preocupação é que se tenha uma parte administrativa mais forte  
1525 no sentido de apreender a embarcação, não liberar, somente liberar quando  
1526 estiverem todas as condições cumpridas, tanto no setor navegação, tanto no  
1527 setor de salvatagem, tanto no setor de tripulação, enfim, todas as regras que  
1528 são necessárias para que se tenha um trabalho sério e eficiente. Então, esse  
1529 regramento, acredito que essa câmara viria bem ao encontro das

1530necessidades que temos hoje de esclarecer como penalizar esses infratores  
1531ambientais. Sr. Presidente: Apenas para complementar as palavras do Maj.  
1532Pereira: a FEPAM tem procurado não fazer normas próprias junto à FEPAM.  
1533A FEPAM tem procurado respeitar o sistema, pelo menos a atual Direção, o  
1534Sistema Estadual de Proteção Ambiental. Nós até poderíamos fazer uma  
1535proposta temporária de licenciamento por meio de uma portaria, ou do  
1536Diretor-Presidente, do Secretário, mas preferimos respeitar o Sistema  
1537Estadual de Meio Ambiente em fazer as normas todas por resolução do  
1538Conselho. Assim como foram feitas outras normas ano passado, procuremos  
1539sempre respeitar e fazer as normas por meio deste Conselho. A palavra  
1540continua à disposição. A FEPAM sugere que pelo menos a Secretaria de  
1541Minas e Energia, o SEDAE, o setor universitário tem muitos assuntos nessa  
1542região, inclusive tese de doutorado e mestrado nessa região. E a própria  
1543FEPAM participa dessa câmara temporária, e estamos sugerindo como  
1544Entidades convidadas, obrigatoriamente, o DNPM, que é o órgão que faz o  
1545registro mineral, e o Ministério Público Federal e Estadual para  
1546consolidarmos adequadamente isso, porque os dois ministérios têm acionado  
1547freqüentemente a FEPAM, o DNPM e a própria Brigada Militar para ações na  
1548área. O Ministério Público tem um amplo conhecimento da legislação que  
1549rege esse assunto. No mínimo essas Entidades, não sei se as Entidades  
1550concordam, ou se alguma outra Entidade representada aqui no Conselho  
1551gostaria de participar dessa câmara temporária. A palavra está à disposição.  
1552Sr. Alexandre Bugin: Sr. Presidente, como Entidade convidada a ABES teria  
1553interesse em participar, até pela minha formação nessa área de mineração  
1554ambiental. E eu sugeriria, aí acho que teria que submeter à Presidência, à  
1555Entidade que hoje não se faz presente; mas entendo que como envolve a  
1556responsabilidade técnica de profissionais, também por essas empresas,  
1557entendo que a Sociedade de Engenharia talvez seja uma das Entidades  
1558também, porque o CREA não está presente no Conselho. Então, por meio da  
1559Sociedade de Engenharia talvez seria uma Entidade. Acho que deve ser,  
1560porque envolve profissionais. Sr. Presidente: Os Srs. Conselheiros que  
1561aprovam a criação da Câmara Técnica temporária com os membros que  
1562foram citados, por favor, manifestem-se os favoráveis. Está em votação, Srs.  
1563Conselheiros (Quatorze votos). Os que são contra a criação da câmara.  
1564Alguém se abstém? Aprovado por unanimidade. A Secretaria de Minas e  
1565Energia, SEDAE, Universidade, FEPAM. As duas universidades, na  
1566realidade, a pública e a privada têm trabalhos na área, a UNISINOS tem bons  
1567trabalhos na área, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem bons  
1568trabalhos na área. Não sei, deixaria à decisão da universidade, poderia ser

1569as duas também. E mais a ABES e o CREA. Com a aprovação da inversão  
1570de pauta, solicito a Proposta de Decreto Instituído o Ano de 2004 como Ano  
1571Estadual das Águas. Os senhores receberam o material na pasta sobre esse  
1572assunto. Passo a palavra ao Eng. Bugin para e faça a manifestação com  
1573relação a esse assunto. 5. Proposta de Decreto Instituído o Ano de 2004  
1574como Ano Estadual das Águas. Sr. Alexandre Bugin: Eu só vou fazer a  
1575introdução. Na verdade, a ABES é uma Entidade que vem trabalhando muito  
1576ativamente nessa questão da água, desde a criação da Semana da Água no  
1577Estado foi a Entidade que promoveu desde o início, e nós temos tido uma  
1578atuação muito forte dentro dos comitês e bacias, temos uma Câmara Técnica  
1579que trata somente das questões que envolvem recursos hídricos. E uma das  
1580pessoas que fazem parte, talvez seja um dos nomes mais conceituados e  
1581experientes no Estado, foi um dos mentores do próprio sistema, que é o Luiz  
1582Grassi, que está aqui presente, é o nosso coordenador da Câmara Técnica.  
1583Então, ele é o mentor dessa proposta do ano das águas e a idéia hoje é fazer  
1584um apresentação rápida para ele apresentar como está sendo trabalhado e  
1585como está em andamento no Estado. Sr. Luiz Antônio Grassi: Boa tarde a  
1586todos. Nós na Câmara Técnica de Recursos Hídricos da ABES, onde surgiu  
1587essa proposta, diz que o ano de 2004 seja declarado o Ano Estadual das  
1588Águas, essa proposta teve como mote o fato de que neste ano se comemora  
1589os dez anos da lei 10.350, de 30-12-94, que foi a lei que criou o sistema de  
1590recursos hídricos do Rio Grande do Sul. Essa lei, na verdade, vem cumprir  
1591um preceito constitucional, o art. 171, da Constituição do Estado, que definia  
1592a obrigatoriedade de ser instituído um Sistema Estadual de Gestão das  
1593Águas. Então, a Lei 10.350/94, a Lei das Águas do Rio Grande do Sul, neste  
1594ano de 2004 cumpre o seu décimo ano, e cumpre já com um saldo bastante  
1595positivo. Acredito que os Conselheiros do CONSEMA tenham um  
1596conhecimento da lei, em todo o caso, quem não teve o texto da lei pode  
1597procurá-la junto ao site da Secretaria de Meio Ambiente, do Conselho de  
1598Recursos Hídricos. Ainda existem alguns exemplares da legislação incluindo  
1599a lei, mas já são poucos. Então, o mais oportuno seria procurá-lo no site da  
1600Secretaria de Meio Ambiente. Essa Lei 10.350/94 institui o sistema,  
1601estabelece os instrumentos de gestão e começa estabelecendo os princípios  
1602e diretrizes; ou seja, a parte normativa dessa lei. E depois a parte  
1603administrativa que é o sistema com todos os seus elementos, o Conselho de  
1604Recursos Hídricos, os Comitês de Bacia, o Departamento de Recursos  
1605Hídricos, as agências de regime demográfico, que é o único elemento do  
1606sistema ainda não criado pelo Governo, e a Fundação Estadual de Proteção  
1607Ambiental que já preexistia integrada ao Sistema de Gestão das Águas. E

1608 ~~estabelece os instrumentos de gestão também. Estão faltando ali os~~  
1609 ~~instrumentos de planejamento, o plano de bacias, o plano estadual e os~~  
1610 ~~instrumentos operativos, a outorga, a cobrança pelo uso da água e o rateio~~  
1611 ~~de custos. E ainda a lei define as três regiões hidrográficas do Rio Grande do~~  
1612 ~~Sul. Hoje em dia temos dos 25 comitês previstos, a maioria já instalada,~~  
1613 ~~funcionando, e temos os outros já em fase de implantação. Paralelamente~~  
1614 ~~tivemos conhecimento também, isso já depois de começado o~~  
1615 ~~encaminhamento da proposta do Ano Estadual das Águas, um fato que vem~~  
1616 ~~muito ao encontro dessa proposta, que a 58ª Assembléia da ONU aprovou a~~  
1617 ~~instalação do Decênio Internacional – Água para a vida, a partir de 2005, com~~  
1618 ~~início no dia mundial da água, 22-03, do ano que vem. Naturalmente, como~~  
1619 ~~decênio vai até 2015. É uma tentativa talvez de recuperar um pouco o~~  
1620 ~~anterior decênio das águas, que foi praticamente perdido, que não revelou~~  
1621 ~~grandes avanços, que se deu na década de 90. Então, esse é outro fator.~~  
1622 ~~Agora, o que também originou, deu bastante alento a essa proposta foi a~~  
1623 ~~experiência que temos no Rio Grande do Sul com a Semana da Água, que se~~  
1624 ~~realiza todos os anos, em outubro, em outubro do ano passado foi a décima~~  
1625 ~~semana. Nós temos, e para quem quiser, a ABES tem disponível o livro~~  
1626 ~~comemorativo dos dez anos, da Décima Semana Água, e essa semana~~  
1627 ~~originariamente é uma semana interamericana, aliás, é o dia interamericano~~  
1628 ~~da água, que foi proposto e criado no Congresso da associação~~  
1629 ~~Interamericana de (Encerra-se a reunião às 16h48min)–~~

1630. ~~E, í pivel \_\_\_\_\_~~

1631 \_\_\_\_\_

1632 \_\_\_\_\_

1633-